



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

As informações como instrumento de subversão

Nuno Alexandre Ferreira P. F.

Professor Catedrático Doutor António de Sousa Lara

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Estratégia

Lisboa
2015

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

**Por opção do autor, esta dissertação não foi escrita segundo as normas vigentes no
Acordo Ortográfico de 1990**

Agradecimentos

Como é usual neste tipo de empreendimentos, muitas foram as pessoas que de uma ou outra forma me apoiaram e ajudaram, o que cria o problema de poder ser esquecido algum nome. Começarei, então, por agradecer a toda essa gente, que há-de saber quem é (mesmo que não saibam a importância que tiveram); para depois seguir para alguns agradecimentos mais pessoais.

À Marta Machado, a minha musa, que sempre acreditou na qualidade do meu trabalho.

Ao ISCSP e os seus docentes, por tudo o que me ensinaram. E dos quais sinto a necessidade de destacar alguns nomes: o Professor António de Sousa Lara, o meu Orientador, pelos seus conselhos e orientação; o Professor Heitor Romana, por me ter inspirado a explorar esta temática; e o Professor Nuno Canas Mendes, pelo apoio e pela confiança que sempre depositou em mim.

À minha família e amigos, por me terem apoiado e desafiado. E dos quais também destacarei alguns nomes: Vânia Rodrigues, Flávia Cardanha e Tiago Ferreira Lopes, por se terem sempre esforçado por me manter no rumo certo.

Índice

Agradecimentos -----	III
Resumo -----	VII
Abstract -----	VIII

Capítulo I – Introdução

1.1. Objecto de estudo -----	2
1.1.1. Identificação do objecto -----	2
1.1.2. Pertinência da escolha do objecto -----	3
1.1.3. Questão de pesquisa e Objectivos -----	3
1.2. Conceitos Operacionais -----	4
1.3. Metodologia -----	5

Capítulo II – Das Informações

2.1. Conceito de Informações -----	7
2.1.1. Informações de Segurança e Estratégicas -----	9
2.2. Os Serviços de Informações -----	10
2.2.1. CIA -----	12
2.2.2. KGB/FSB e SVR -----	14
2.2.3. MI5 e MI6 -----	17
2.2.4. Ministério de Segurança do Estado da República Popular da China -----	21
2.3. As operações encobertas -----	22
2.3.1. As OE enquadradas na teoria da Estratégia -----	27
2.3.2. Caracterização das OE: como componente da acção subversiva -----	28
2.3.3. Um instrumento de política externa? -----	30
2.3.4. Implicações geopolíticas -----	31

Capítulo III – Casos práticos

3.1. Irão em 1953 ----- 33

3.2. Chile em 1973 ----- 47

Capítulo IV – Conclusões ----- 72

Referências bibliográficas ----- 74



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

*«You have asked us to provoke chaos (...) we
provide you with a formula for chaos (...).»*

(Henry Heckscher)

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Resumo

As operações encobertas têm sido, ao longo da história, um capítulo não-discutido do trabalho dos serviços de informações; em parte porque os seus resultados tendem a atrair uma componente moral que nem sempre é aceite (positivamente) pela opinião pública.

Em vários momentos os decisores políticos têm sentido a necessidade de intervir na política interna de outro Estado, sem terem a possibilidade (ou o interesse) em o fazer declaradamente. Seja através de operações paramilitares, políticas, económicas ou de propaganda; as operações encobertas têm sido a resposta para esta necessidade. Estas são uma importante ferramenta do Estado, ao permitir agir sem o risco de sanções ou de escalar as hostilidades (como aconteceria se soubesse a identidade do mandante/financiador por detrás da operação).

Através da análise de dois casos práticos de operações encobertas (em ambos, golpes de Estado, uma das formas mais extremas de operações encobertas e, consequentemente, mais fáceis de estudar), procurou-se entender as motivações e as consequências por detrás dessas operações. Sendo estes resultados enquadrados na análise teórica das Informações, dos Serviços de Informações e das próprias Operações Encobertas, anteriormente feita.

Pretende-se assim alcançar um maior esclarecimento sobre esta temática, permitindo uma maior consciência aquando a sua discussão.

Palavras-chave: Chile; Informações; Irão; Operações Encobertas; Serviços de Informações; Subversão.

Abstract

Covert actions have been, throughout history, a chapter non-discussed of the work of the intelligence services; partly because the results tend to attract a moral component that is not always accepted (positively) by public opinion.

In several moments policymakers have felt the need to intervene in the internal affairs of another State, without having the possibility (or interest) to do so openly. Whether through paramilitary, political, economic or propaganda operations; covert actions have been the answer to this need. These are an important State tool by enabling to act without risk of sanctions or to escalate hostilities (as would happen if it was known the identity of the instigator/sponsor behind the operation).

Through the analysis of two case studies of covert actions (in both, coups d'État, one of the most extreme forms of covert actions and, therefore, easier to study), we tried to understand the motivations and consequences behind these actions. These results were framed in the theoretical analysis of Intelligence, Intelligence Services and Covert Actions itself, previously made.

The aim is to achieve greater clarification on this issue, allowing a greater awareness during their discussion.

Keywords: *Chile; Intelligence; Iran; Covert Actions; Intelligence Services; Subversion.*



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Capítulo I

Introdução

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

1.1 – Objecto de estudo

As informações (tal como os serviços de informações, que as estudam e trabalham) são um importante instrumento dos Estados. São, inclusivamente, um instrumento que influencia as decisões diplomáticas, estratégicas, militares e, mesmo, as económicas (dominando, assim, a política externa do Estado). (Herman, 2001, pp. 6-7) Existe, no entanto, um campo das informações que costuma ser menos falado (de forma realista, sem contar com os conteúdos fantasiosos, para entretenimento), que é o das “*covert actions*” ou operações encobertas.

As operações encobertas (que serão apropriadamente definidas mais para a frente) são actividades do Estado que influenciam as condições políticas, económicas e militares no estrangeiro, mantendo oculta do público a participação e/ou conhecimento das mesmas, pelo Estado. São utilizadas para interferir nas políticas domésticas e organização interna de outros Estados ou de organizações não-estatais. (Johnson, 2007, p. 7) Podem tomar a forma, entre outras, de operações paramilitares, de propaganda e desinformação, de influência política e manipulação de partidos, organizações e líderes políticos, e de ataques económicos. (Goodman, 1988, p. 76)

Estas operações – tal como os serviços que as executam – podem ter grande influência nas actividades do Estado, especialmente no âmbito da política externa. Como tal, torna-se igualmente importante estudar (não só a sua existência, como) o seu impacto. Somando a isto, as operações encobertas tendem – não só – a actuar nos limites da legalidade, mas – por muitas vezes – também da moralidade. Isto torna-as numa ferramenta que deve ser utilizada com cuidado, pois não se limitam a agir no campo do pragmatismo político, podendo trazer uma carga emotiva (vinda dos julgamentos morais dos cidadãos) que deve ser avaliada pelos decisores políticos, aquando da sua decisão.

1.1.1 – Identificação do objecto

Tendo em conta o que já foi relatado, decidiu-se escolher como objecto de estudo *As informações como instrumento de subversão*, com o intuito de entender a relação entre as informações (e os serviços de informações) com a actividade subversiva estadual. Mais rigorosamente, pretende-se estudar os factores envolventes nas operações encobertas, tendo

em conta a sua contribuição como um possível meio subversivo estadual e a sua importância para (o poder d)os Estados.

1.1.2 – Pertinência da escolha do objecto

Constata-se, no entanto, que esta temática não tem sido tão estudada quanto possível (em parte devido à sua natureza alicerçada no segredo, necessário para que tenha efeito). Contudo, não deixa de ser um assunto que levanta dúvidas aos cidadãos e que, na actualidade, tem ressurgido no domínio público (em conjunto com outros assuntos ligados à temática das Informações e Segurança). Tendo em conta este interesse, e a sua não saciação, acreditamos que este estudo poderá contribuir para um melhor entendimento da natureza e da importância dos serviços de informações, para o Estado (e, por consequência, para os cidadãos), e, mais particularmente, a natureza e importância das acções encobertas. Da mesma forma, é um assunto com elevado interesse académico, tendo uma aplicação e interesse prático que se coaduna perfeitamente com o que é esperado de uma Dissertação de Mestrado em Estratégia.

Além disso, as operações encobertas encontram-se no ponto onde a área de estudo das Informações e a área de estudo da Subversão se entrecruzam; demonstrando a utilidade prática deste cruzamento entre estas áreas. Estas são, também, duas áreas de conhecimento que despertaram a curiosidade científica do Mestrando desde o início (em parte justificando a escolha de frequentar o Mestrado em Estratégia, do ISCSP), tornando-as “alvos” de atenção na altura de escolher um objecto de estudo para a presente Dissertação.

Pretende-se, assim, trazer luz a esta temática, ajudando no esclarecimento (e, possivelmente, na discussão da sua existência e importância) junto de quem se questiona.

1.1.3 – Questão de pesquisa e Objectivos

De forma a criar fronteiras no seu estudo (devido à vastidão do tema e, consequente, impossibilidade de o estudar na sua plenitude), direccionando-o – procurou-se a criação de uma questão de pesquisa adequada ao estudo que se deseja realizar. Assim sendo, o que se procura saber é: “Até que ponto é que as operações encobertas (“*covert actions*”) não são uma forma de subversão, utilizada pelos Estados (e os seus serviços de informações)?”.

Tendo em conta a questão feita e o enquadramento teórico do tema, definiram-se os seguintes objectivos:

- Entender as operações encobertas no âmbito dos serviços de informações estratégicas. (Geral)
- Perceber se as operações encobertas podem ser consideradas um vector de poder do Estado. (Específico)

1.2 – Conceitos Operacionais

Para uma melhor percepção dos conteúdos deste trabalho, iremos definir os principais conceitos operacionais utilizados durante o mesmo:

Estratégia – é «a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo.» (Ribeiro, 2010, p. 22)

(Serviços de) Informações – tem como principal actividade «*information-gathering and exploitation; all-source analysis is a smaller component, and covert action (...) is smaller still. The main common feature is the sensitivity of its collection/exploitation (and covert action), for reasons that include questions of propriety and legality but are mainly based on the vulnerability of its sources and methods of countermeasures. From this comes intelligence's special secrecy, extending from collection/exploitation to cover most aspects of analysis. Secrecy is intelligence's trademark: the basis of its relationship with government and its own self-image.*» (Herman, 2001, pp. 4-5)

Operações Encobertas – «*include “any clandestine activity designed to influence foreign governments, events, organizations, or persons in support of (...) foreign policy. (...) may include political and economic actions, propaganda, and paramilitary activities”, and is “planned and executed (...) so as to conceal the identity of the sponsor or else to permit the sponsor's plausible denial of the operation.”*» (Goodman, 1988, p. 74)

Subversão – é o «(...) processo social conducente a uma ruptura, total ou parcial, de uma dada ordem conjuntural e caracterizado pela informalidade ou marginalidade de

actuações e pela incompatibilidade de projectos relativamente aos valores e ordem jurídica instituídos, com vista à substituição dessa ordem por outra.» (Lara, 2009, p. 378)

1.3 – Metodologia

Dada a natureza algo subjectiva dos objectivos definidos e da questão de pesquisa que se pretendia responder – demonstradores da natureza do próprio trabalho ambicionado – foi dado ênfase a um paradigma qualitativo de investigação, naturalmente indutivo. Tal escolha reflecte a procura pelas interpretações mais ocultas, associadas às temáticas estudadas, cuja percepção não depende de dados estatísticos e modelos matemáticos, mas da sensibilidade do investigador, durante a análise das suas pesquisas. (Fernandes, 1991, p. 66)

Para tal, seguiu-se um método de investigação descritivo, de forma a «estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação», com o intuito de encontrar respostas para a questão levantada. (Carmo & Ferreira, 1998, p. 213) Como procedimento técnico preferencial foi utilizado o estudo bibliográfico, designadamente artigos científicos, livros e documentos oficiais (tanto em formato físico, como digital), todos eles provenientes de fontes abertas. A partir desta bibliografia foi possível descrever, operacionalizar e analisar os conceitos de Informações e Operações Encobertas (tal como as várias vertentes associadas), para compor a base teórica necessária para poder responder à questão de pesquisa.

Este estudo bibliográfico foi complementado pela análise de dois casos práticos de operações encobertas reconhecidas, de forma a dar uma base mais prática, que reforçasse e confirmasse os dados encontrados teoricamente.

A principal dificuldade encontrada durante a elaboração desta Dissertação foi a relativa dificuldade em encontrar bibliografia (tanto a nível das Informações, como principalmente referente especificamente às Operações Encobertas). Esta dificuldade (notada especialmente em relação à língua portuguesa, mas também à inglesa em certo grau) pode ser justificada com a já mencionada natureza alicerçada no segredo das Informações e dos assuntos relacionados à temática.



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Capítulo II

Das Informações

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

2.1 – Conceito de Informações

O conceito de informações é um conceito que pode ser analisado de vários prismas, o que o pode tornar algo confuso para os leigos. As definições conceptuais mais actuais tendem a subdividir-se em três partes: processo, produto e organização. Seguiremos a definição composta por Mark Lowenthal (que se inspirou em Sherman Kent):

«Intelligence as a process: intelligence can be thought of as the means by which certain types of information are required and requested, collected, analysed, and disseminated, and as the way in which certain types of covert action are conceived and conducted.

Intelligence as product: intelligence can be thought of as the product of these processes, that is, as the analyses and intelligence operations themselves.

Intelligence as organization: intelligence can be thought of as the veins that carry out its various functions.» (Lowenthal, 2011, p. 9)

As informações enquanto processo, na prática, ganham corpo com o ciclo de produção de informações. Este ciclo consiste em todo o processo de recolha, processamento e análise das informações (usualmente, pelos serviços de informações); é o processo que transforma a informação em informações. Este processo tem seis fases (consoante a fórmula seguida no Curso de Especialização em Informações e Segurança do ISCSP): Processo de decisão política, Planeamento e Orientação, Recolha, Processamento, Análise e Produção e Disseminação/Distribuição.

Na primeira fase (em que se age ao nível macro) são definidos os objectivos estratégicos que guiam o processo. Na segunda fase (que já está ao nível meso) é definida a estratégia a seguir e são identificados os recursos materiais e humanos necessários para alcançar os objectivos definidos, tal como as áreas operacionais envolvidas e possível cooperação com outras forças e serviços (nacionais ou internacionais). Na terceira fase é posta em prática a estratégia definida e são empregues os meios necessários para recolher as informações (que podem ser humanos, técnicos, logístico-financeiros, ou outros, dependendo das informações procuradas e do que tiver sido definido nas fases anteriores). Esta recolha tanto pode ser feita através de fontes abertas (OSINT), como através de fontes fechadas – também chamadas encobertas – (HUMINT e SIGINT); usando-se, por norma, primeiro as fontes abertas e só depois, se necessário, as fontes fechadas. Também se podem identificar dois miniciclos de produção de informações na recolha de informações (ambos divididos por quatro fases):

O primeiro, relacionado com as fontes abertas, divide-se em Escolha das fontes, Selecção, Síntese das notícias e Pré-análise. O segundo, relacionado com as fontes fechadas (especialmente o HUMINT), divide-se em Escolha do alvo, Definição da abordagem, Recrutamento e Extracção.

Voltando às fases do ciclo de produção de informações. Na quarta fase, é seleccionada e sistematizada toda a informação recolhida. Na quinta fase, todas as informações recolhidas têm de ser analisadas, as várias fontes comparadas e a sua coerência, veracidade, validade e relevância verificadas. Após devidamente analisadas, estas informações são integradas e contextualizadas de forma a ser produzido um relatório de informações. Na sexta e última fase, o relatório produzido é disseminado/distribuído aos decisores (e a quaisquer outros actores, com as autorizações necessárias, que dele necessitem).

Em qualquer momento deste ciclo (antes da sexta fase) pode ser necessário voltar à fase inicial, caso se detectem algumas falhas ou insuficiências nas fases já desenvolvidas. A última fase apenas é alcançada quando já existir um relatório de informações suficientemente estruturado e refinado para dar resposta (dentro dos possíveis) aos objectivos definidos na primeira fase. Isto não impede que após a última fase não se encontrem motivos suficientes para recomeçar o ciclo, tendo como base o relatório anterior.

Quanto às informações enquanto produto, esta é a face mais simplista do conceito: as informações são o produto dos processos de recolha e processamento de informação – do ciclo de produção de informações –. Como diz Michael Herman:

«The nature of the product provides another part of the identity. Whether single-source or all-source, most intelligence output has a significant element of ‘processing’, as is reflected in the military distinction between ‘unprocessed data of every description’ (information) and ‘the product resulting from the processing of information’ (intelligence).» (Herman, 2001, p. 10)

Por fim, as informações como organização referem-se aos serviços de informações (que serão “revisitados” mais para a frente), à sua hierarquia e aos métodos de recolha de informações (que já foram devidamente enquadrados no ciclo de produção de informações). Quanto às hierarquias tendem a organizar-se por temáticas e/ou por áreas geográficas, consoante a organização dos serviços; quanto aos métodos de recolha de informações, existem três principais: HUMINT, OSINT e SIGINT.

HUMINT (*Human Intelligence*) é a recolha de informações por fontes humanas. É uma forma de recolher informações que não são de acesso público (fontes não-abertas), sendo a mais antiga forma de recolher esse tipo de informações. Usualmente canalizada através dos serviços de informações, pode recorrer a agentes infiltrados ou fontes no terreno (que podem ir desde de embaixadores a informadores). OSINT (*Open Source Intelligence*) é a recolha de informações através de fontes abertas, de acesso público. SIGINT (*Signals Intelligence*) é a recolha de informações através de meios técnicos, como escutas ou imagens de satélite.

2.1.1 – *Informações de Segurança e Estratégicas*

Como nos diz o Professor Romana, acoplado a este conceito tripartido, é necessário «um exercício dedutivo que nos permita situar operativamente as componentes operacionais da *intelligence*: segurança e estratégica». (Romana, 2008, p. 99)

As informações de segurança são caracteristicamente defensivas e «apresentam um quadro conceptual dirigido para a identificação e contextualização de ameaças ao Estado e à sociedade». «[E]stão vocacionadas para o estudo de cenários de ameaças e para avaliação de vulnerabilidades próprias, com origem interna ou externa», seja através da contra-espionagem – identificando e neutralizando as acções ofensivas por agentes de outros serviços, estrangeiros; defendendo as informações dos próprios serviços; e através da contra-espionagem industrial/tecnológica –, do contra-terrorismo ou da contra-subversão – que é tributária pura da Guerra Fria e pretende proteger o regime, não governos (nos casos democráticos) –. (Romana, 2008, p. 99)

Para além disso, podem assumir várias formas, consoante os objectivos das suas análises:

- «a) Informações táticas – ajudam a definir e perceber os contornos das ameaças;
- b) Informações situacionais – dão a leitura factual sobre determinadas ameaças;
- c) Informações preventivas – analisam as implicações presentes e futuras de uma ameaça à segurança interna – as suas conexões com outras unidades de uma “grande estratégia nacional” (GEN);
- d) Informações preemptivas – definem cenários de antecipação e neutralização de ameaças, cruzando-se com informações estratégicas de segurança.» (Romana, 2008, p. 99)

As informações estratégicas, no entanto, contém tanto características ofensivas – constituindo acções proactivas, com um leque vasto de informações (económicas, diplomáticas, etc.) sobre actores que competem no mesmo teatro de acção –, como defensivas – avaliando as ameaças, externas, em áreas de interesse do Estado –; tendo uma matriz externa.

«No atinente às designadas informações estratégicas, elas debatem-se com alguns problemas respeitantes à sua construção semântica, à delimitação do objecto e à definição dos seus objectivos, o que justifica uma extensa reflexão sobre os seus contornos “ontológicos”.

(...) As informações estratégicas são identificadas a partir do interesse político do “*décideur*” de determinados assuntos considerados sensíveis para os interesses políticos, económicos, diplomáticos, culturais e militares do estado.

As informações são “estratégicas” na medida em que resultam de um processo “proactivo” e não “reactivo” do Estado, ou, por outras palavras, as informações são estratégicas devido ao seu carácter projectivo/ofensivo, porque se situam na esfera do jogo dos decisores do Estado. Elas são estratégicas porque fazem parte integrante da hierarquização da gestão dos interesses externos.

De uma forma sinóptica, podemos então afirmar que as informações estratégicas são aquelas informações necessárias à concepção e execução de uma “grande estratégia” considerada assim pelo alcance dos seus efeitos mas também pela sua permanência no tempo. São estratégicas, porquanto contribuem para a activação de mecanismos operativos que têm por fim ajudar à eficácia máxima na tomada de decisão situacional ou prospectiva.» (Romana, 2008, p. 99)

Com o evoluir das ameaças ao Estado (especialmente as chamadas ameaças assimétricas, como o terrorismo transnacional e o alto crime organizado, que não respeitam as fronteiras) criaram-se situações em que é necessário envolver tanto as informações de segurança, como as estratégicas; pois estas ameaças tanto actuam dentro, como fora do Estado (podendo manter apenas a liderança fora do Estado, enquanto actuam livremente). Não sendo uma ameaça à existência do Estado *per se*, ameaçam o bem-estar dos cidadãos e, por vezes, os objectivos nacionais ou internacionais dos decisores políticos.

2.2 – Os Serviços de Informações

Para começar, os serviços de informações são a encarnação da terceira faceta das informações (as informações como organização), antes conceptualizada. (Lowenthal, 2011, p. 9; Romana, 2008, p. 99)

Segundo a definição de Marco Cepik, os serviços de informações

«(...) consistem em organizações permanentes e atividades especializadas em coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. Serviços de [informações] são órgãos do Poder Executivo que trabalham prioritariamente para os chefes de Estado e de governo e, dependendo de cada ordenamento constitucional, para outras autoridades na administração pública e mesmo no Parlamento. São organizações que desempenham atividades ofensivas e defensivas na área das informações, em contextos adversariais onde um ator tenta compelir o outro à sua vontade. Nesse sentido, pode-se dizer que essas organizações de [informações] formam, juntamente com as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo.» (Cepik, 2003, p. 85)

Ou, como diz Michael Herman (2001, p. 3), os serviços de informações são instituições que servem os governos centrais (em oposição aos locais) e que lidam com processos de recolha e tratamento de informação – diferentes dos processos que fazem parte das funções governamentais e militares –. Por isto, é um dos mais importantes serviços/ferramentas do Estado, cumprindo quatro funções fundamentais: avisar sobre ameaças estratégicas inesperadas; prover opiniões especializadas de longo prazo; apoiar o processo de decisão dos decisores políticos; manter secreta informação, necessidades e métodos do Estado. (Born & Caparini, 2007, p. 165; Lowenthal, 2011, pp. 3-4)

A primeira destas funções é essencial para a segurança do Estado. A História está repleta de falhas neste aspecto, desde o ataque a *Pearl Harbor* à Guerra do *Yom Kipur*. Mesmo não significando (como demonstra o segundo exemplo) uma derrota inevitável, prejudica gravemente a segurança do Estado, deixando-o numa enorme desvantagem em relação à sua protecção. A segunda função passa por garantir a existência contínua de assessoria especializada dos decisores políticos (que pela natureza – democrática – dos seus cargos estão em contínua rotação, em oposição à estabilidade dos cargos – especialmente os mais elevados – da comunidade de informações), com conhecimento e opiniões especializadas adquiridas ao longo de um largo curso de tempo. A terceira função é o garante dos decisores políticos receberem informações analisadas de forma objectiva, permitindo-lhes uma maior clareza nas suas decisões (o que não os obriga a serem objectivos quando recebem os relatórios de informações, especialmente quando estes não estão de acordo com a sua visão). A quarta função é aquilo que é essencial aos serviços de informações e os torna em algo único e imprescindível para o Estado. (Herman, 2001, pp. 12-16; Lowenthal, 2011, pp.

3-4) A estas funções pode-se acrescentar uma quinta (e a de maior importância para esta dissertação): as operações encobertas (que serão tratadas mais à frente). (Johnson, 2007, p. 4)

É esta sua importância que fez os serviços de informações “nascerem” em tempos primordiais, lado a lado com a governação. E que os fez desenvolverem-se ao longo da história, ao mesmo tempo que as formas de governação se modificaram. (Herman, 1996, pp. 9-15) De seguida veremos os mais influentes serviços de informações a nível mundial, de forma a ter uma pequena percepção do seu trabalho e missão.

2.2.1 – CIA

A CIA (*Central Intelligence Agency*) foi criada, em 1947, pelo Presidente Truman. (CIA, 2013) Mas embora se tenha inspirado na OSS (*Office of Strategic Services*), a agência de informações criada provisoriamente pelos EUA para actuar durante a IIª Guerra Mundial, não pretendia que ela se tornasse numa agência de espionagem, mas com o único propósito de o manter informado sobre todos os assuntos de interesse. Mas as coisas não aconteceram como ele esperava, como o próprio Truman veio a declarar: «*When I took over, (...) the President had no means of coordinating the intelligence from around the world. (...) [The CIA] was not intended as a 'Cloak & Dagger Outfit'! (...) It was intended merely as a center for keeping the President informed on what was going on in the world.*» (Weiner, 2008, p. 3)

Esta ideia do Presidente Truman já estaria, provavelmente, bem arreigada quando, anteriormente, ele decidiu dispersar a OSS e despedir o seu líder, o General William Donovan, após este o tentar convencer a criar uma agência centralizada de informações (de certa forma, aquilo em que viria a tornar-se a CIA); por achar que «*Donovan's plan had the earmarks of a Gestapo*». (Weiner, 2008, p. 8)

Desde essa altura até ao presente, a história da CIA é rica em episódios e missões mais ou menos conhecidas pelos cidadãos norte-americanos e pelo mundo (e mais umas quantas apenas imaginadas ou sob suspeita, sem qualquer confirmação da sua existência); o que faz da CIA uma das agências de informações mais reconhecidas mundialmente (reputação forjada especialmente durante a Guerra Fria).

Actualmente, a agência assume como sua missão «*[p]reempt threats and further US national security objectives by collecting intelligence that matters, producing objective all-source analysis, conducting effective covert action as directed by the President, and safeguarding the secrets that help keep our Nation safe*», para além de auxiliar o seu Director a cumprir as suas responsabilidades. Passando estas por:

«Collecting intelligence through human sources and by other appropriate means, except that he shall have no police, subpoena, or law enforcement powers or internal security functions;

Correlating and evaluating intelligence related to the national security and providing appropriate dissemination of such intelligence;

Providing overall direction for and coordination of the collection of national intelligence outside the United States through human sources by elements of the Intelligence Community authorized to undertake such collection and, in coordination with other departments, agencies, or elements of the United States Government which are authorized to undertake such collection, ensuring that the most effective use is made of resources and that appropriate account is taken of the risks to the United States and those involved in such collection; and

Performing such other functions and duties related to intelligence affecting the national security as the President or the Director of National Intelligence may direct.»; (CIA, 2013)

e a CIA, tendo em conta as realidades globais em alteração constante, auxilia-o:

«Creating special, multidisciplinary centers to address such high-priority issues such as nonproliferation, counterterrorism, counterintelligence, international organized crime and narcotics trafficking, environment, and arms control intelligence.

Forging stronger partnerships between the several intelligence collection disciplines and all-source analysis.

Taking an active part in Intelligence Community analytical efforts and producing all-source analysis on the full range of topics that affect national security.

Contributing to the effectiveness of the overall Intelligence Community by managing services of common concern in imagery analysis and open-source collection and participating in partnerships with other intelligence agencies in the areas of research and development and technical collection.». (CIA, 2013)

Tendo em vista o cumprimento da sua missão, a CIA está dividida em quatro componentes: o *National Clandestine Service*, o *Directorate of Intelligence*, o *Directorate of Science & Technology*, e o *Directorate of Support*. Cada um destes serviços tem um papel diferente no ciclo de trabalho da CIA. (CIA, 2013) Não iremos esmiuçar cada um destes serviços, na medida em que nos levaria a desviar dos nossos objectivos.

2.2.2 – KGB/FSB e SVR

Uma vez que os serviços de informações russos (especialmente o FSB) têm as suas raízes no KGB, da antiga União Soviética, começaremos por rever o que sabemos acerca desta agência.

O KGB (*Комитет государственной безопасности СССР*, russo para Comité de Segurança de Estado) foi fundado em 1954, durante a reorganização do aparato policial da URSS; vindo a tornar-se extremamente centralizado e controlado pelo Politburo. Reflectindo esta alteração, em 1978, deixou de ser designado como «*[a] state committee attached to the Council of Ministers*» (embora já nessa altura tivesse um grau de independência muitíssimo superior ao que lhe era reservado pela lei) e o seu director – que era formalmente nomeado pelo Soviete Supremo, mas na realidade era escolhido pelo Politburo – passou a ter assento no Conselho de Ministros. Era também um dos poucos comités com sucursais em todas as repúblicas (em vez de ser tudo controlado directamente através de Moscovo); embora a República Russa não tivesse direito à sua própria sucursal, sendo directamente controlada pela administração central do KGB, aí sediada. (Pike & Aftergood, 1997)

Quanto à sua organização interna ou funções existem poucas fontes oficiais. Estas eram questões que pareciam ser deixadas propositadamente vagas nos documentos oficiais soviéticos (nem os seus estatutos, confirmados pelo Conselho de Ministros, eram publicados, ao contrário do que era normal com os demais comités ministeriais). O que se sabe é que as funções do KGB se concentravam em quatro áreas: «*the struggle against foreign spies and agents, the exposure and investigation of political and economic crimes by citizens, the protection of state borders, and the protection of state secrets*». Para além destas tarefas, tinha funções preventivas com o objectivo de «*ferreting out potential threats to the state and preventing the development of unorthodox political and social attitudes among the population*». (Pike & Aftergood, 1997)

O KGB também estava envolvido em operações clandestinas, que pretendiam alcançar objectivos da política externa soviética, tal como aumentar a sua influência pelo mundo fora; e que se tornaram particularmente frequentes e efectivas a partir da década de 1960. Um dos principais tipos de operação clandestina eram as missões de desinformação (e que iam desde «*leaking of false information and rumors to foreign media or planting forgeries in an attempt to deceive the public or the political elite in a given country or countries*» até «*use of*

international front organizations and foreign communist parties to expand the Soviet Union's political influence and further its propaganda campaigns»). Outras das suas missões incluíam o apoio a terroristas ou insurgentes estrangeiros, com o objectivo de derrubar governos inimigos ou criar problemas securitários em Estados adversários; tal como o auxílio a exércitos de “libertação nacional” do Terceiro Mundo, com o objectivo de introduzir o comunismo nos Estados daí resultantes (para além de aumentar a sua base de apoio, ao mesmo tempo que reduziam a base de apoio Ocidental). São ainda menos os registos existentes deste tipo de operação, encontrando-se apenas evidências indirectas deste envolvimento (em parte devido à utilização dos serviços de informações de países-satélite da URSS para levar a cabo essas missões). (Pike & Aftergood, 1997)

Passando agora para o principal “herdeiro” do KGB, o FSB (*Федеральная служба безопасности Российской Федерации*, russo para Serviço Federal de Segurança da Federação Russa). Este nasceu do desmembramento do KGB (que foi uma consequência directa do desmembramento da própria URSS); advindo, mais propriamente, do antigo Serviço de Contra-espionagem, que foi o maior “pedaço” do KGB a permanecer reunido. (Agentura.ru, et al., 2007)

Com o passar do tempo, no entanto, o FSB passou a ter mais funções, para além das de contra-espionagem (que se concentram no *Counterintelligence Service*, que «*is in charge of counterespionage, including supervision of the military-industrial complex, the Russian army and navy, and the pursuit of hackers who attack government resources on the Internet*»). Essas novas funções vieram a ser divididas em oito novos serviços: o *Service to Protect the Constitutional System and Combat Terrorism* – responsável por «*[combating] terrorism at home and abroad (including cooperation with the secret services of other countries) and conducts political surveillance and special operations*» –, o *Border Service* – responsável por todos os assuntos referentes às fronteiras e o resultado de um processo de agregação de serviços –, o *Economic Security Service* – responsável por «*[supervising] crucial industries and companies as well as the Interior Ministry and the ministries of emergency and justice*», «*combating organised crime and corruption*» e «*[providing] of operational escorts to the implementation of major economic projects and state programmes*» –, o *Operative Information and International Relations Service* – este é um serviço nascido ainda no tempo do KGB e mais tarde unido ao FSB (tendo sido o segundo, após os serviços de contra-espionagem), onde se desenvolveu bastante mais do que quando pertencia ao KGB; é o

responsável pela capacidade de análise destas agências (o que lhe dá um peso imenso) e com a missão formal de «*providing assessments to the FSB leadership and the Kremlin and oversees intelligence operations and international activity*» –, o *Service of Organizational Personnel Activities (Human Resources)* – responsável pelos recursos humanos do FSB –, o *Supply Service* – responsável por «*maintaining FSB headquarters and for constructing military facilities for the FSB*» –, o *Scientific and Technical Service* – responsável por todos os serviços técnicos de apoio às operações do FSB – e o *Oversight Service* – que «*reviews personnel and investigates crimes committed by the FSB rank and file*» –. (Agentura.ru, 2010)

Por último, o SVR (*Служба Внешней Разведки*, russo para Serviço de Informações Externas), também ele advindo do desmembramento do KGB (mais propriamente do *First Chief Directorate* – PGU –, a secção responsável por todas as operações clandestinas internacionais soviéticas). Embora o FSB seja usualmente reconhecido como o principal “herdeiro” do KGB, foi o SVR que nasceu do seu mais desenvolvido organismo (para além de ter sido o primeiro a ser formalmente constituído após a dissolução do KGB) e é o responsável pela actividade externa da Federação Russa (embora o FSB tenha actualmente um maior número de áreas de intervenção). (Pike & Aftergood, 2004)

Actualmente o SVR é composto por três Directórios e três Serviços:

- «• *Directorate S, which is responsible for illegal agents (those under deep cover) throughout the world;*
- *Directorate T, responsible for the collection of scientific and technological intelligence; and*
- *Directorate K, which carries out infiltration of foreign intelligence and security services and exercises surveillance over Russian citizens abroad.*
- *Service I, which analyzes and distributes intelligence collected by SVR foreign intelligence officers and agents, publishes a daily current events summaries for the Politburo, and make assessments of future world developments;*
- *Service A, which is responsible for planning and implementing active measures; and*
- *Service R, which evaluates SVR operations abroad.»* (Pike & Aftergood, 2004)

A estes acrescenta-se um organismo de formação (a Academia de Informações Externas), uma unidade da Spetsnaz (a *Вымпел*, “*Vympel*”) especializada em contra-terrorismo e um núcleo operacional dividido em onze departamentos geográficos (que supervisionam os funcionários do SVR, em missão, a viver no estrangeiro). (Pike & Aftergood, 1997)

Segundo a Lei “Sobre [Órgãos de] Informações Externas” de 1996, o SVR tinha entre as suas funções «*acquire and process information affecting vital interests of the Russian Federation*», «*assist the state in implementing measures ensuring the security of Russia*», «*protect employees of Russian institutions abroad, and their families*» e «*ensure security of individuals with access to state secrets, and their families, on official assignments abroad*» e permitia o SVR «*to conduct their activities not only to ensure the country’s security but also for the benefit of the economic, scientific and technical development of the country*» e «*to cooperate with foreign special services within the framework of the existing law and in accordance with appropriate treaties*», podendo também «*establish their own information systems and communication, except cryptographic work*». Existe também a possibilidade de receberem ordens, instruções ou estatutos adicionais, directamente do Presidente; sendo estes secretos e fora da jurisdição da *Duma* (parlamento russo), que não os pode controlar. Isto dá um espaço extra para o SVR trabalhar para além dos limites legais. (Bennett, 2000)

2.2.3 – MI5 e MI6

O MI5 (*The Security Service*) e o MI6 (*Secret Intelligence Service*) têm um “ancestral” comum: o *Secret Service Bureau*; fundado em Outubro de 1909, pelo Comandante da Marinha Real Mansfield Cumming e o Capitão do Exército Vernon Kell (que começaram por ser os únicos dois membros da agência). Mais tarde esta agência veio a separar-se nos dois serviços de informações actuais, cada um deles encabeçado por um dos fundadores (Cumming no MI6 e Kell no MI5). (Andrew)

Graças às suas rápidas conquistas (através do desmascaramento de uma rede de espionagem alemã), em demonstrar o valor do MI5, Kell conseguiu chamar a atenção de Winston Churchill, na altura Ministro do Interior, que apoiou as suas operações de contra-espionagem. Este apoio veio a ter lucros, com os excelentes resultados alcançados durante a Iª Guerra Mundial. As suas operações foram tão bem sucedidas que o MI5 passou a dedicar-se a uma segunda missão: a contra-subversão. Isto também levou a que os números do seu pessoal (com um impressionante número de mulheres, entre ele, para a época) aumentassem para cerca do quántuplo, durante a Guerra. (Andrew)

O fim da Iª Guerra, no entanto, foram problemáticos para o MI5; com cortes de orçamento de grande dimensão e uma crescente rivalidade entre serviços de informações (tanto com o MI6, como com o *Metropolitan Police Special Branch*, ambos com o objectivo de extinguir o MI5, através da absorção das suas operações). No entanto, através da descoberta da infiltração de espiões soviéticos no *Metropolitan Police Special Branch* e da sua própria infiltração na embaixada da Alemanha nazi, conseguiu começar a recuperar a sua influência. (Andrew)

Com o início da IIª Guerra Mundial, após um período de grandes cortes orçamentais, o MI5 passou por grandes dificuldades para conseguir realizar todas as suas tarefas. Isto levou, inclusivamente, a que (o agora Primeiro-ministro) Churchill viesse a substituir Kell. O MI5 veio a sofrer também grandes reformas, de forma a conseguir enfrentar os tempos adversos; o que teve o positivo efeito de voltar a trazê-lo para a linha da frente. Essa posição de força não se exauriu com o fim da IIª Guerra – como tinha acontecido com o fim da Iª Guerra – devido ao novo esforço necessário para enfrentar a nova ameaça (já conhecida anteriormente do MI5): a URSS. E assim, com a Guerra Fria, manteve-se a relevância e necessidade do MI5. (Andrew)

Após a Guerra Fria, novas ameaças apareceram (e desapareceram), até chegarmos aos dias de hoje. Principalmente desde o ataque, de 11 de Setembro de 2001, ao *World Trade Center*, que o MI5 se tem mantido na linha da frente da luta ao terrorismo (especialmente o islâmico). (Andrew)

O MI5 está sob jurisdição do Ministro do Interior, embora não pertença ao Ministério do Interior, e é encabeçado por um Director Geral (a quem responde directamente a divisão legal do MI5, dado a sua importância para as missões da agência). Este, por sua vez, é assessorado pelo Director Geral Adjunto (DDG) e pelo Director Geral Assistente (ADG). Cada um destes dois tem campos de acção diferentes:

«The DDG is responsible for intelligence and security advice, counter-terrorism, counter-espionage, counter-proliferation and matters concerning MI5's operational capabilities. These responsibilities are organised across five branches:

- *international counter-terrorism (also monitors domestic extremism);*
- *Northern Ireland counter-terrorism;*
- *counter-espionage, counter-proliferation, cyber threat and security advice;*
- *technical and surveillance operations; and*

- *ethics and review.*

The ADG is responsible for the Service's finance and strategy, people and security, and information and technology capabilities. These responsibilities are organised across four branches:

- *finance and strategy;*
- *people and security;*
- *technology capability; and*
- *information capability.» (Security Service (MI5))*

Segundo o *Security Service Act 1989*, a missão do MI5 está definida como «*the protection of national security and in particular its protection against threats such as terrorism, espionage and sabotage, the activities of agents of foreign powers, and from actions intended to overthrow or undermine parliamentary democracy by political, industrial or violent means*». O MI5 define, também, as suas principais responsabilidades através de quatro pontos:

- «• *Counter terrorism and protective security*
- *Counter espionage*
- *Counter proliferation*
- *Role is defined in Security Service Act 1989.» (Security Service (MI5))*

Quanto ao MI6, depois da separação do *Secret Service Bureau*, também veio a ter uma actuação importante na Iª Guerra Mundial (neste caso na recolha de informações e no trabalho por trás das linhas do inimigo). Mas ao contrário do MI5, o seu revés chegou apenas no início da IIª Guerra Mundial (que danificou seriamente a sua rede de espões e agentes infiltrados, que teve de ser reconstruída durante a Guerra); e não foi devido a questões internas do Reino Unido. No entanto, o seu contributo, (não só através de espões, mas também) através da liderança da equipa responsável por quebrar as cifras nazis (cifradas através da mítica máquina “Enigma”), foi louvável e bastante importante para a vitória Aliada. Com o final da IIª Guerra e o início da Guerra Fria o MI6 mudou de alvos, mas não de métodos ou objectivos. E assim continuou até aos dias de hoje... (Secret Intelligence Service (MI6))

Até 1992, a existência do MI6 não era oficialmente confirmada; como tal, apenas em 1994, é que passou a ter uma base estatutária, através do *Intelligence Services Act 1994*. Esta define na sua primeira secção:

«(1) *There shall continue to be a Secret Intelligence Service (in this Act referred to as “the Intelligence Service”) under the authority of the Secretary of State; and, subject to subsection (2) below, its functions shall be—*

(a) to obtain and provide information relating to the actions or intentions of persons outside the British Islands; and

(b) to perform other tasks relating to the actions or intentions of such persons.

(2) The functions of the Intelligence Service shall be exercisable only—

(a) in the interests of national security, with particular reference to the defence and foreign policies of Her Majesty’s Government in the United Kingdom; or

(b) in the interests of the economic well-being of the United Kingdom; or

(c) in support of the prevention or detection of serious crime.»

O *Intelligence Services Act 1994* também prevê a criação do *Intelligence and Security Committee (ISC)*, comité do Parlamento do Reino Unido responsável por «*examining the expenditure, administration and policy of SIS, GCHQ and the Security Service*». Este tem nove membros e é escolhido pelo Primeiro-ministro, a quem reporta anualmente. (Secret Intelligence Service (MI6))

Conforme definido pela agência, a sua missão é «*to give the UK advantage, acting secretly overseas to make the country safer and more prosperous.*» E pretendem concretizá-lo:

«• *Obtaining secret intelligence on critical security and economic issues to inform better policy decisions;*

• *Operating overseas to disrupt terrorism and proliferation and helping to prevent and resolve conflict;*

• *Using covert contacts overseas to shape developments and exploit opportunities in the UK's interests.»*

Mais especificamente, entre 2010 e 2015, pretendem:

«• *Work with partners across Government to maximise our contribution to defence, security and economic priorities and combine capabilities in new and smarter ways;*

• *Combine with other UK intelligence agencies to deliver maximum impact and turn cyberspace to the UK's advantage.*

• *Support and develop our people, investing in our professional skills and the diversity of our workforce;*

• *Invest in new technologies and use them to full effect; and*

• *Work efficiently and imaginatively to deliver the best value.*» (Secret Intelligence Service (MI6))

2.2.4 – Ministério de Segurança do Estado da República Popular da China

O Ministério de Segurança do Estado da República Popular da China (中华人民共和国国家安全部, em chinês, e daqui para a frente denominado como MSE) é a agência de informações do Estado chinês e do Partido Comunista da China (dada a sua relação umbilical). Foi fundado em 1983, através da fusão do Departamento Central de Investigação e as operações de contra-espionagem do Ministério de Segurança Pública, por proposta de Liu Fuzhi (na altura, secretário-geral do Departamento de Política do Comité Central do PCC e Ministro da Segurança Pública). Nesse mesmo ano, tendo em conta uma percepção de crescimento das ameaças, o MSE passou a estar debaixo da alçada directa do Conselho de Estado, com a missão de assegurar *«the security of the state through effective measures against enemy agents, spies, and counterrevolutionary activities designed to sabotage or overthrow China's socialist system»*. (Pike, 1997)

O MSE está organizado em doze Departamentos (o *First Bureau/Domestic Bureau* – responsável pelo recrutamento de gente com ligações no estrangeiro e por receber os agentes de volta, com discrição, quando regressam de férias ou precisam de cuidados médicos ou outros –, o *Second Bureau/Foreign Bureau* – responsável pelas missões no estrangeiro, *«[to provide] tasking as collection priorities, and receives, analyzes and reports to higher levels intelligence collected by its operatives and agents»*, pelos disfarces dos agentes no estrangeiro e por recrutar estrangeiros; tem pessoal seu nas embaixadas e consulados chineses –, o *Third Bureau/ Hong Kong, Macao and Taiwan Bureau* – responsável pelas operações nessas regiões e por recrutar os cidadãos locais ou quem tenha ligações a essas regiões –, o *Fourth Bureau/Technology Bureau* – *«studies and develops intelligence gathering and counterintelligence techniques (...) [including] tracking, wiretapping, photography, recording, communications and intelligence transmission»* –, o *Fifth Bureau/Local Intelligence Bureau* – responsável por *«directing and coordinating the work of local departments and bureaus of the Ministry of State Security at the provincial and municipal levels»* –, o *Sixth Bureau/Counterintelligence Bureau* – tem como principal missão *«work*

against overseas Chinese pro-democracy organizations»; mas tem mantido o foco em «*surveillance, and security awareness education activities among local authorities encouraging reporting of suspicious people and activities*» –, o *Seventh Bureau/Circulation Bureau* – responsável por «*check, verify, prepare and write intelligence reports and special classified reports on the basis of first-hand intelligence obtained from open or secret sources*» tanto para os demais departamentos, como para o topo da hierarquia –, o *Eighth Bureau/Institute of Contemporary International Relations* – é um dos maiores centros de investigação em Relações Internacionais e é responsável por «*providing every foreign affairs secretary of each Political Bureau Standing Committee member with subscriptions to major English-language newspapers as well as major Hong Kong and Taiwan newspapers and magazines*» –, o *Ninth Bureau/Anti-Defection and Counter-Surveillance Bureau* – responsável por prevenir o recrutamento de agentes do MSE por serviços de informações estrangeiras e por proteger as embaixadas e consulados chineses de qualquer tipo de vigilância ou infiltração; tem uma secção especializada em impedir a defecção de estudantes chineses no estrangeiro ou o seu recrutamento por serviços de informações estrangeiros –, o *Tenth Bureau/Scientific and Technological Informational Bureau* – responsável por obter «*economic, scientific and technological intelligence (...) from the West*» –, o *Eleventh Bureau/Electronic Computers Bureau* – responsável por operar e proteger a rede de computadores do MSE e por gerir as informações por eles colhidas –, e o *Foreign Affairs Bureau* – responsável por colaborar e gerir as relações com serviços de informações estrangeiros –, duas Escolas (o *Institute of International Relations* e o *Institute of Cadre Management*) e mais alguns órgãos para tarefas específicas (que têm tendência a sofrer alterações com o tempo). (Pike, 1997)

Para além disto, há que apontar que os agentes chineses nos estrangeiro, usualmente, recebem missões ou de seis anos, ou de dez anos ou de residência por longo-termo, consoante as necessidades da sua missão e o seu sucesso em alcançar os objectivos definidos.

2.3 – As operações encobertas

O campo das operações encobertas (“*covert actions*”) insere-se dentro da disciplina das Informações, embora não faça parte do Ciclo de Informações – enquanto o Ciclo tem como objectivo a obtenção de informações, as operações encobertas têm como objectivo fazer

algo; enquanto a primeira é uma acção (relativamente) passiva, as segundas são acções activas (Treverton, 2007, p. 3) –. Segundo o *DOD Dictionary of Military and Associated Terms* (2010, p. 55), estas podem ser definidas como «*[a]n operation that is so planned and executed as to conceal the identity of or permit plausible denial by the sponsor*», de uma forma mais abrangente, mas também mais descritiva, Jeff Richelson define-as da seguinte forma:

«*Covert action, also known as “special activities”, includes any operation designed to influence foreign governments, persons, or events in support of the sponsoring government’s foreign policy objectives while keeping the sponsoring government’s support of the operation secret. Whereas in clandestine collection, the emphasis is on keeping the activity secret, in covert action the emphasis is on keeping the sponsorship secret.*». (Stempel, 2007, p. 147)

É importante reparar na diferença entre operações encobertas e operações clandestinas – deixada clara nesta segunda definição – de forma a não criar confusões sobre o objecto de estudo.

As operações encobertas são a forma de um Estado conseguir interferir na política interna de outro, sem se comprometer; permite também escapar a possíveis represálias (seja de outro Estado – aquele que sofreu a interferência ou outro –, seja das organizações internacionais, por violação dos tratados internacionais que estabelecem o princípio da soberania, como a Convenção de Viena, ou outros) ou evitar escalar uma situação instável (daí ter sido um dos principais instrumentos utilizados pelos EUA e a URSS durante a Guerra Fria, que evitavam utilizar as suas forças armadas, para não provocar uma resposta militar do outro lado). São estes “benefícios” que levavam Kissinger a dizer que todos os presidentes norte-americanos, desde a IIª Guerra, tinham «*felt the need for covert operations in the gray area between formal diplomacy and military intervention*». (Goodman, 1988, p. 74; Stempel, 2007, p. 147)

As operações encobertas podem tomar várias formas, dentro as quais:

«• *Paramilitary operations to effect the release of hostages, preempt terrorist attacks, support deployed (...) troops in war operations (especially behind the lines), prepare the battlefield preceding the deployment of such troops, or serve as a low-risk substitute for the deployment of regular (...) forces in conflict situations abroad.*

- *Propaganda and disinformation programs aimed at influencing foreign media and public opinion generally.*
- *Political influence programs involving the secret manipulation of political parties, organizations, and leaders.*
- *Economic warfare operations involving the secret manipulation of foreign economies, exchange markets, and state-owned and private businesses.»* (Goodman, 1988, p. 76)

Quanto às operações paramilitares, esta definição de Allan E. Goodman deixa bem claro como é que as mesmas se processam. Estas operações são usualmente as mais controversas e que levantam mais questões éticas. Sendo o seu uso histórico (como qualquer outra operação de serviços de informações), teve um peso realmente importante durante a Guerra Fria, especialmente na forma de golpes de Estado conduzidos e/ou apoiados pelos EUA e a URSS contra os aliados do outro lado (ou contra países aliados ou neutros que pudessem estar a sofrer uma mudança de rumo político). Também na actualidade, no seu “formato” antiterrorista, são de utilização frequente (sendo os EUA considerados os maiores utilizadores das mesmas). (Johnson, 1989, p. 86; Stempel, 2007, p. 149)

As operações de propaganda e desinformação (também conhecidas como “guerra psicológica”) são as mais extensivamente utilizadas, podendo ser classificadas em três tipos: “brancas”, “cinzentas” e “negras”. As brancas – na verdade, já não são operações encobertas (estando aqui apenas pela sua afinidade) – são uma parte importante do *soft power* do Estado e incluem a imprensa livre, as comunicações oficiais do Estado e as secções culturais das embaixadas, entre outras. As cinzentas passam pela propaganda parcialmente encoberta (usualmente através do financiamento encoberto de jornais ou publicações interessados em divulgar ideias de interesse ao financiador) e baseada em informações não-oficiais. As negras são a propaganda cuja fonte não é identificável ou que é atribuída a outro actor sem qualquer participação na mesma, a divulgação de informações falsas e outras versões de desinformação, para alcançar objectivos que não o seriam se a verdade fosse conhecida (ou se não se usassem falsidades para provocarem certas reacções, seja do público, seja de outro Estado). Todas estas operações passam, maioritariamente, pela utilização de subornos ou chantagem para garantir a circulação da mensagem “certa”, usualmente a partir de uma rede de agentes previamente escolhidos (passando por repórteres, editores de revistas e jornais e produtores televisivos). (Johnson, 1989, p. 84; Stempel, 2007, pp. 147-148)

As operações políticas são as mais complexas de descrever, visto que compreendem um grande espectro de acções. Desde o financiamento de partidos e associações (que por sua vez podem ser de qualquer tipo, desde ONGs a sindicatos) ao fomento de movimentos insurgentes, passando pelo suborno e suporte de líderes escolhidos ou de gente com acesso a decisores políticos (desde motoristas e porteiros até amantes e secretárias), tudo faz parte das operações encobertas políticas. De uma forma generalista, até se pode dizer que todas as operações encobertas acabam por ter uma vertente política; embora, sem dúvida, que as operações de propaganda estejam mais intimamente ligadas às operações políticas – afinal de contas, ambas tem como principal objectivo “conquistar as mentes e corações” –. (Johnson, 1989, p. 85; Stempel, 2007, pp. 148-149)

Por fim, as operações económicas são as menos utilizadas (principalmente porque a maioria dos “ataques” económicos não é feito de forma encoberta, passando por operações clandestinas no máximo, enquanto os seus objectivos não são conhecidos). Quando o são, costumam incluir a manipulação de moedas ou de comércio estrangeiros (o que pode incluir desde a manipulação do seu preço, até qualquer forma de adulteração dos produtos) de forma clandestina e algumas formas de sanções económicas ou de apoio comercial a aliados (a inimigos do inimigo seria mais correcto de se dizer). Estas missões têm como objectivo criar crises económicas que levem as populações a estarem mais dispostas a seguirem um determinado curso – seja cedendo a exigências, seja fazendo-as ao seu governo – ou criar problemas entre aliados (adversários) ao mesmo tempo que as suas economias são prejudicadas. (Johnson, 1989, p. 85; Stempel, 2007, p. 148)

De forma mais extensiva, Loch Johnson (1992, p. 286) apresenta na sua “*ladder of escalation for covert actions*” os vários tipos de operações encobertas que podem ser consideradas, organizadas pela gravidade das violações às leis internacionais e soberanias nacionais (em que cada degrau metafórico representa uma maior violação da lei e da ordem, consoante são subidos).

O primeiro patamar representa as operações de informações de rotina. Aqui incluem-se missões que praticamente não infringem qualquer noção de soberania ou intervêm na política interna de outro Estado e que são praticadas por praticamente todos os Estados. Por exemplo, as medidas de protecção passivas das suas embaixadas. (Johnson, 1992, p. 285)

O segundo patamar inclui as “intrusões modestas”. Estas operações já incluem a intrusão em questões internas dos outros Estados, aumentando consequentemente o risco envolvido. Deste patamar fazem parte missões para recrutar diplomatas ou agentes de informações estrangeiros que se encontrem fora do seu país, algum financiamento de grupos “*like-minded*”, utilização de tecnologia de vigilância à distância para espiar países-alvos e propaganda não-controversa que veicule informações verdadeiras. São operações que claramente violam a soberania dos alvos, mas que se tornaram aceitáveis, dada a sua utilização frequente. No entanto, é neste patamar que alguns Estados começam a desenhar a sua “linha vermelha” sobre o que é, ou não, aceitável – o que levou a que a ONU nunca tenha conseguido atingir um consenso neste assunto –. (Johnson, 1992, pp. 285-287)

O terceiro patamar é o das “operações de alto risco”. É quando as operações se tornam realmente perigosas, abrindo a possibilidade de problemas reais, caso sejam descobertas, e que podem provocar nos países-alvos reacções dramáticas. Sendo o patamar com o maior número de operações possíveis, a escolha é grande. Desde recrutamentos de personalidades com grande influência e/ou acesso, operações de vigilância intrusiva, propaganda de todo o tipo e partilha de informações sensíveis entre serviços de informações até grandes financiamentos encobertos para propósitos políticos, operações encobertas contra entidades económicas, apoio a missões paramilitares (desde armamento a treino) e desinformação propagandística. (Johnson, 1992, pp. 287-289)

É importante reparar que é feita uma distinção entre os alvos democráticos e os autocráticos, consideradas menos graves as missões contra os segundos. Defendendo o mesmo, Lori Fisler Damrosch declara que «*a political system that denies basic political rights is in my view no longer strictly internal affair*». Considerando que mais importante que o princípio de independência política do Estado é a defesa dos Direitos Humanos, abre espaço para a legitimação de operações contra Estados autoritários. (Damrosch, 1989, p. 36; Johnson, 1992, p. 288)

O quarto patamar é o das “operações extremas”. Este patamar é o das operações mais perigosas e controversas, que não só violam os princípios da soberania como põe em extremo risco a vida de cidadãos inocentes. Referimo-nos a operações encobertas de entrega de armas sofisticadas a facções rebeldes, roubo de armas nucleares ou componentes para as construir, recuperação de reféns que põe a vida de civis em risco extremo, tortura e ataques contra não-

combatentes, alterações massivas do ambiente, criação de caos económico (desde “inundações” de moeda contrafeita à destruição de fábricas ou plantações), golpes de Estado, assassinatos de oficiais estrangeiros e, por fim, criação de guerras encobertas (através da liderança de exércitos rebeldes indígenas por agentes de informações treinados para combate) e utilização de substâncias biológicas, químicas ou tóxicas de outro tipo para uma matança generalizada da população do país-alvo. (Johnson, 1992, pp. 289-291)

2.3.1 – As OE enquadradas na teoria da Estratégia

Sendo esta Dissertação um trabalho no âmbito de um Mestrado em Estratégia só faz sentido que se faça um enquadramento do seu objecto de estudo (as operações encobertas) na teoria da Estratégia. Para tal, há que começar por definir Estratégia; sendo esta, segundo o Almirante Silva Ribeiro, «a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo». (Ribeiro, 2010, p. 22)

Dentro da Estratégia é possível enquadrar as operações encobertas dentro da estratégia operacional (em oposição à estratégia genética e a estratégia estrutural), da estratégia indirecta (em oposição à estratégia directa) e da estratégia defensiva preventiva e defensiva preemptiva (em oposição às várias estratégias ofensivas e às estratégias defensivas de dissuasão e pura). A estratégia operacional refere-se à estruturação dos meios do Estado, à articulação entre os objectivos desejados ou necessários e aos possíveis (tendo em conta os meios que o Estado – ou, neste caso, os serviços de informações – tem à sua disposição). Pelo próprio vocabulário utilizado torna-se óbvio que estamos a lidar directamente com a estratégia operacional, uma vez que as estratégias genética e estrutural se referem a acções anteriores ao âmbito das operações aqui estudadas (podendo-se dizer, de forma generalizada, que têm como objectivo garantir a obtenção e gestão dos meios que posteriormente serão utilizados/aplicados pela estratégia operacional). A estratégia operacional é intrínseca às próprias operações encobertas (ou estas estariam fadadas ao falhanço), sendo ela que garante a melhor utilização dos meios disponíveis para alcançar os objectivos definidos. (Ribeiro, 2010, pp. 82-86, 95)

No caso da estratégia indirecta referimo-nos às divisões, dentro da Estratégia, quanto ao estilo de acção do Estado. As operações encobertas (tal como as demais actividades

subversivas) encontram-se englobadas pela estratégia indirecta; uma vez que não utilizam os meios militares como meio de coacção principal, mas apenas secundário. A estratégia indirecta procura evitar confrontos militares decisivos (seja pela inferioridade do poderio militar em relação ao oponente, seja – como é mais comum no caso das operações encobertas – por este confronto ter um preço, directo ou indirecto, demasiado alto para os objectivos conquistados). Embora tenha como característica (em oposição à estratégia directa) uma certa lentidão na conquista dos objectivos, tem claros benefícios quando se lida com ameaças de difícil resolução militar (directa), como é apanágio dos meios subversivos. (Ribeiro, 2010, pp. 86, 89-90)

Quanto às estratégias defensivas preventiva e preemptiva, estas inserem-se nas divisões relativas à finalidade do emprego dos meios de coacção do Estado. Neste caso as operações encobertas podem-se enquadrar em qualquer uma das duas, consoante o momento em que as mesmas são lançadas. No caso da estratégia preventiva, o objectivo é impedir que o oponente utilize os seus meios ofensivos, atacando-o em primeiro lugar. No caso específico das operações encobertas isso significa iniciar a acção subversiva após o oponente já estar em posição para danificar os interesses do Estado financiador da operação, mas antes de essa acção ter sido efectivamente iniciada. No caso da estratégia preemptiva, a acção é tomada presumindo-se que o oponente tem os meios ofensivos necessários para danificar os interesses do Estado. O que significa, em relação às operações encobertas, que a acção subversiva é desencadeada quando é suposto (mesmo que não confirmado) o oponente ter os meios ofensivos necessários. Também no caso específico das operações encobertas, os meios ofensivos do oponente não têm de ser militares; podem referir-se, por exemplo, a influência política e/ou ideológica. (Ribeiro, 2010, pp. 90, 95-98)

2.3.2 – Caracterização das OE: como componente da acção subversiva

Se as operações encobertas fazem parte do campo de estudo das Informações, também fazem sem dúvida alguma parte do campo de estudo da Subversão. E, tendo isso em conta, é necessário começar por definir o que se entende por “subversão”. Para tal, seguiremos as definições do Professor Sousa Lara (2009, pp. 377-378; 2011, p. 51):

«(...) subversão [é] toda a acção violenta e ilegal que vise, por essa via, a destruição de uma determinada ordem política vigente e a sua substituição por outra.

(...) A subversão tende a ser, cada vez mais, uma técnica que cruza a tática, com a estratégia, a engenharia com a história, a psicologia social com a informação.» (Lara, 2011, p. 51)

Podendo-se complementar, de forma mais extensa, com as seguintes palavras – também – do Professor Sousa Lara:

«A palavra subversão, do latim *subvertere*, significa correntemente *revolver, voltar de baixo para cima, destruir, submergir, perverter, arruinar, revolucionar, pôr em estado de desordem*.

A subversão é, pois, «O acto ou efeito de subverter» (do latim *subversione*). Existe, assim, neste primeiro conceito a ideia marcante de uma ordem prévia, um *statu quo ante*, que, por via de uma determinada causa (...) entra num processo de ruptura, mudando brusca e profundamente para uma nova situação, pior do que a anterior. (...) A subversão é sempre considerada transitória, como fase passageira, mal necessário ou não, instrumento fundamental de acção, fatalidade insuperável, ou de outro qualquer sentido, mas sempre numa linha de instrumentalidade e de precariedade. (...) O fenómeno «subversão» será, assim, considerado como o processo social conducente a uma ruptura, total ou parcial, de uma dada ordem conjuntural e caracterizado pela informalidade ou marginalidade de actuações e pela incompatibilidade de projectos relativamente aos valores e ordem jurídica instituídos, com vista à substituição dessa ordem por outra.» (Lara, 2009, pp. 377-378)

Olhando para esta definição (e tendo em conta a definição de operações encobertas feita anteriormente) é possível começar a ver a ligação entre os assuntos. E se a seguirmos, encontraremos vários pontos onde se encaixam as operações encobertas.

As operações encobertas são acções usualmente violentas (senão na sua acção física, nas consequências que daí advêm), cuja legalidade é vacilante (visto que, mesmo quando o são nacionalmente, nunca o são aos olhos dos tratados e convenções internacionais) e pretendem (de uma forma ou de outra) alterar o *status quo*. Para além disso, é uma acção «transitória» e um «instrumento fundamental de acção», como fica evidente no vocábulo “operação”. E lendo a descrição final do fenómeno subversivo («O fenómeno «subversão» será, assim, considerado como o processo social conducente a uma ruptura, total ou parcial, de uma dada ordem conjuntural e caracterizado pela informalidade ou marginalidade de actuações e pela incompatibilidade de projectos relativamente aos valores e ordem jurídica instituídos, com vista à substituição dessa ordem por outra.») encontramos uma descrição bastante próxima à dos objectivos das operações encobertas.

Estas operações podem, mais concretamente, ser enquadradas/classificadas no quadro da subversão política. Isto porque são um «ataque, por forma insidiosa ou violenta, à ordem

política e social estabelecida, tendo em vista substituí-la, a médio ou a longo prazo, por outra», que têm uma finalidade política e visam directamente um universo político. Dentro da subversão política, as operações encobertas tendem a estar enquadradas no âmbito de um nível de desenvolvimento conjuntural nacional (visando a própria essência, estrutura e competências do Estado), embora (uma vez que, como sublinha o Professor Sousa Lara, não existe uma compartimentação estanque entre estes níveis) possa ter influência ao nível infranacional (ao influenciarem grupos integrados no Estado e/ou outras manifestações de poder social). (Lara, 2009, pp. 382-384; Lara, 2011, pp. 52-53)

2.3.3 – *Um instrumento de política externa?*

Mas poderão as operações encobertas ser consideradas um instrumento de política externa? Pelo simples princípio de já termos declarado a importância das informações (campo a que pertencem as operações encobertas) para a política externa, poderíamos responder afirmativamente à questão. Mas, como em qualquer trabalho que pretenda ter valor académico, é importante procurar desenvolver a justificação a esta resposta.

Tendo isso em mente, iremos seguir o trabalho de Loch K. Johnson (1989, pp. 81-107) sobre as operações encobertas como um instrumento da política externa norte-americana, que nos parece suficientemente representativo da utilização geral. (É interessante que, de certa forma, Johnson começa com um aviso: as linhas que definem o que são as operações encobertas são difíceis de definir e facilmente desfocadas em nome de outros interesses, dificultando o seu estudo e supervisão.)

Embora tendo em atenção que o estudo de Loch Johnson se centra nos EUA – que têm uma tradição particularmente extensa de utilização das operações encobertas, principalmente, desde a IIª Guerra Mundial (Scott & Rosati, 2007, p. 83) – e que o mesmo foi escrito em 1989 – quando a Guerra Fria ainda não tinha terminado –, é possível perceber que, para além de quão extenso era o programa de operações encobertas da CIA, estas operações tendem a ter um impacto substancial (tanto quando correm bem, mas principalmente quando correm mal). Uma vez que ele chega a referir, entre vários outros, os casos práticos que pretendemos estudar mais à frente, nessa altura será possível perceber com maior profundidade o escopo deste impacto. (Johnson, 1989, pp. 81-89)

Dado este impacto que o cumprimento dos objectivos das operações encobertas têm, e a natureza desses objectivos; estas operações são uma ferramenta importante para a política externa de qualquer Estado disposto a autorizá-las (o que dado a sua controvérsia, nem todos estão). Especialmente na neutralização de adversários (seja criando dificuldades políticas ou económicas, seja apoiando adversários internos ou criando sementes de descontentamento e/ou desconfiança nas populações) pode ser bastante eficiente, com a particularidade de a sua autoria não ser clara (o que permite escapar a complicações várias, desde sanções internacionais a declarações de guerra). (Goodman, 1988, pp. 74-76; Johnson, 1989, pp. 81-86; Scott & Rosati, 2007, pp. 85-95, 99-100; Stempel, 2007, pp. 147-149) Da mesma forma, quando falham (especialmente quando são descobertas) também têm um impacto bastante grande e bastante negativo (o que parece aumentar de probabilidade quanto menor for a supervisão, talvez pelo facto de pôr em causa a objectividade dos serviços de informações, consoante vão monopolizando as decisões, em vez de cumprirem apenas as ordens dos decisores políticos). (Johnson, 1989, pp. 102-106; Scott & Rosati, 2007, pp. 85-95)

2.3.4 – *Implicações geopolíticas*

As operações encobertas, devido à sua importância para a política externa, podem ter grande impacto geopolítico. A maior e melhor prova da veracidade desse raciocínio é a Guerra Fria e as operações encobertas norte-americanas e soviéticas que, em vários casos, criaram a negação plausível necessária para evitar uma escalada do conflito. Para além de que, no cumprimento dos seus objectivos, mantiveram ou alteraram (consoante as operações) as áreas de influência das potências, através de um jogo constante (em que as operações encobertas tiveram um papel preponderante para ambos os lados). (Fares, 2013, pp. 13-15; Goodman, 1988, pp. 74-76; Johnson, 1989, pp. 82-83, 90-91)

Chamamos, também, a atenção para o facto de James M. Scott e Jerel A. Rosati (2007, p. 101) porem, entre as suas “*Guidelines for Covert Action Legitimacy and Effectiveness*”, a incorporação das operações encobertas numa estratégia que faça sentido geopoliticamente, como uma necessidade para que tenham coerência. Deixando, assim, claro a importância geopolítica das operações encobertas.



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Capítulo III

Casos práticos

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

3.1 – Irão em 1953

O primeiro caso prático que iremos estudar é o do golpe de Estado, em 19 de Agosto de 1953, no Irão, contra o (democraticamente eleito) Primeiro-ministro Mohammad Mossadeq. Esta operação encoberta (nomeada TPAJAX pela CIA e “*Operation Boot*” pelo MI6) consistiu na preparação e desenvolvimento do golpe de Estado pela CIA e o MI6 – embora apenas a CIA o admita –. Tendo sido o primeiro golpe de Estado liderado pela CIA, foi a base do “manual” para as operações seguintes.

A história do governo Mossadeq começa em Março de 1951, quando Mossadeq é eleito Primeiro-ministro pelo *Majlis* (o parlamento iraniano), após a aprovação do seu projecto de nacionalização da indústria do petróleo. Esta encontrava-se sob poder da *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC), que pertencia em 51% ao Reino Unido (que vinha a controlar a exploração do petróleo iraniano desde 1901). Mossadeq via na nacionalização do petróleo uma forma de recuperação de soberania e quebra com o passado de colónia do Irão, ainda mais do que uma forma de recuperação económica do país. A prossecução, do lado do Irão, da nacionalização levou a uma dura resposta britânica; na forma de sanções económicas, perseguição de empresas europeias que mantivessem negócios no País e um bloqueio às exportações petrolíferas (utilizando a Marinha Real para abordar todos os petroleiros e confiscá-los, acusando-os de transportar carga roubada). (Gasiorowski, 1987, pp. 262-263; Takeyh, 2014; The Mossadegh Project; The New York Times, 2000)

A situação entre os dois países apenas piorou com o passar do tempo (com um pesado e inevitável preço para a situação económica do Irão). O Reino Unido não estava disposto a abdicar do que considerava ser um activo indispensável para a manutenção da sua política energética e o Irão não estava disposto a recuar daquela decisão que considerava central para a recuperação da sua soberania. Mossadeq também defendia que o Irão não devia pagar nenhuma indemnização ao Reino Unido, pois este já tinha lucrado muitíssimo mais do que alguma vez tinha pago (aparentemente, só os lucros britânicos de 1950 já eram superiores a todos os pagamentos feitos ao Irão nos cinquenta anos anteriores). Principalmente a questão da recusa da indemnização levava os EUA a considerarem que Mossadeq estava a ser intransigente e que as negociações não tinham saída (embora ainda mantivessem a ajuda financeira ao Irão, como desde o fim da IIª Guerra). Por seu lado, tanto o Conselho de Segurança da ONU, como o Tribunal Internacional de Justiça recusaram as queixas

apresentadas pelo Reino Unido, por considerarem que a nacionalização era um direito do Irão e que não se encontrava dentro da sua jurisdição. (Takeyh, 2014; The Mossadegh Project; The New York Times, 2000)

É este *momentum* que cria definitivamente as raízes para o golpe de Estado. Com o piorar da situação económica e a luta contra os poderes instalados (muitas vezes instigados pelos britânicos), o Partido Tudeh (comunista) foi crescendo, justificando o interesse norte-americano no assunto. E embora a nacionalização do petróleo continuasse a ser uma causa querida ao público iraniano, começou a aparecer alguma oposição à “intransigência” de Mossadeq. Como resposta, o Governo começou a reagir autoritariamente e a pedir poderes suplementares que lhe permitissem aumentar o controlo. O que criou atritos cada vez maiores com o Shah, com os generais e com o *Majlis*. Tendo como consequência o aumentar da cooperação com os Tudeh (que viam nesta situação, não só uma oportunidade para aumentar a sua influência como, uma forma de enfrentar o Shah, fazendo avançar a sua agenda republicana – que não era partilhada por Mossadeq –). Pelo meio, em Julho de 1952, Mossadeq ainda veio a demitir-se (porque o Shah não aceitava que ele acumulasse o cargo de Ministro da Guerra), mas após cinco dias o Shah volta a indicá-lo para o lugar, devido às múltiplas manifestações (algumas bastante violentas) em apoio a Mossadeq e contra Ahmad Ghavam es Sultaneh (que tinha sido instalado como Primeiro-ministro, pelo Shah, e tinha apoio britânico) (Gasiorowski, 1987, pp. 264-265; Takeyh, 2014; The Mossadegh Project; The New York Times, 2000; Wilber, 2006, p. iii)

Com as negociações definitivamente desfeitas veio o medo norte-americano (resultado de um crescente anticomunismo radical) de que o Irão pudesse estabelecer laços com a URSS, como forma de fazer frente ao Ocidente e às suas sanções económicas, para recuperar a sua economia bastante fragilizada. E se até aí tinham feito pressão para que o diferendo entre o Irão e o Reino Unido se resolvesse diplomaticamente (sendo Truman considerado a principal razão para que não tivesse havido nenhuma declaração de guerra); no fim de 1952, os EUA começavam a mudar a sua forma de ver a situação (ademais sabendo que os britânicos estavam a fazer planos para uma operação encoberta contra Mossadeq). (Gasiorowski, 1987, pp. 266-269; Wilber, 2006, p. iii)

Assim, no início de 1953 (em Fevereiro, os britânicos, e em Março, os norte-americanos) começam preparar uma operação para derrubar o governo de Mossadeq e pôr no

seu lugar alguém que lhes fosse favorável (tendo sido escolhido o General Fazlollah Zahedi, por ser considerado o político mais proeminente na oposição a Mossadeq, embora tivesse feito parte do seu primeiro governo – para além de ser um “velho conhecido” dos britânicos, que em 1941 o prenderam por liderar missões contra os Aliados e de apoio às tropas nazis –). Por volta do fim de Junho de 1973 já a operação tinha autorização britânica e norte-americana, com uma base britânica em Nicósia, Chipre (uma vez que o reino Unido já não tinha missão diplomática no Irão), e uma norte-americana em Teerão (de onde seriam geridos os acontecimentos no terreno). Enquanto isto a situação política iraniana ia-se complicando, devido à polarização da população em relação a Mossadeq (com os Tudeh a complicar ainda mais a situação), o que se reflectia no *Majlis*. (Gasiowski, 1987, pp. 271-271; Takeyh, 2014; The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 1-4)

Os trabalhos em Nicósia (onde foram realizados todos os trabalhos preliminares) foram comandados pelo Dr. Donald N. Wilber, um consultor encoberto da *Near East and Africa Division* (NEA) da CIA, e por Norman M. Darbyshire, oficial do MI6 responsável pela filial iraniana, que foram os responsáveis *de facto* da operação. Eles não só escolheram o General Zahedi para suceder a Mossadeq, como delinearam o plano para pressionar o Shah a alinhar com o golpe de Estado (através de pressão na sua irmã gémea, a Princesa Ashraf Pahlavi, de um seu conhecido norte-americano, o General Schwarzkopf, e representantes da coroa britânica e da presidência norte-americana, que o deveriam convencer a assinar dois *firmons* – decretos reais –, um a demitir Mossadeq e outro a investir Zahedi). O MI6 garantiu, também, que através dos seus agentes infiltrados, os irmãos Rashidian, conseguiriam obter apoios no *Majlis*, nas Forças Armadas, nos *media*, entre gangues de rua, líderes religiosos e políticos vários (promessa considerada algo fantasiosa pelos norte-americanos). A missão também incluía, após o golpe de Estado, uma substancial ajuda monetária para o novo governo, de ambos os Estados, para além de uma promessa britânica de facilitar as negociações sobre a nacionalização da exploração petrolífera. (Wilber, 2006, pp. 5-7, 75-82)

O plano passava por: obter o apoio e os *firmons* do Shah para legitimar o General Zahedi, o que seria essencial para obter o apoio das Forças Armadas; criar, através de propaganda, instabilidade política que virasse a opinião pública contra Mossadeq (acusando-o de favorecer os Tudeh, de atacar as Forças Armadas, de ser corrupto e ditatorial e de estar cercado por conselheiros de má índole, entre outras coisas); preparar o novo governo para enfrentar os Tudeh. Assim sendo, o plano pretendia que Zahedi liderasse as Forças Armadas

para prender Mossadeq; a que se seguiria uma reunião de emergência do *Majlis* para que passassem um voto de censura a Mossadeq, seguido de um voto de confiança a Zahedi (independentemente de ter os *firmands* ou não). Assim ele tomaria o poder e formaria um novo governo. Isto poderia ser despoletado ou por uma manifestação religiosa (previamente preparada) contra o Governo, em cujo clímax as Forças Armadas avançariam; por o Shah ser forçado a sair do País, devido ao aumento de poder da oposição centrada na sua pessoa – tendo ele, ou não, a intenção –; ou por Mossadeq decidir voltar a resignar para obrigar o Shah a dar-lhe o seu apoio pessoal, o que não acontecendo poderia levar a novas manifestações violentas. Sendo que, destas, apenas a primeira podia ser preparada, nas outras teriam de agir consoante o acontecimento. (Wilber, 2006, pp. 8-9, 11-12, 77-97)

Uma vez que os norte-americanos confiavam pouco nas capacidades dos iranianos, decidiram que o melhor era serem eles a prepararem o lado militar da operação, para que os iranianos soubessem exactamente o que tinham de fazer (embora pretendessem a opinião de Zahedi e dos seus secretários militares). (Wilber, 2006, p. 19) Para começar, o plano militar tinha que ter em conta os seguintes pressupostos:

- «A. Operation would be joint operation with [MI6].
- B. Operation would rely heavily upon military willingness to fight for Shah.
- C. Armed forces in Iran under Mossadeq very strongly led by pro-Mossadeq officers.
- D. Operational assets within armed forces controlled by [MI6] or CIA were not at the outset capable of executing the military objectives of TPAJAX.» (Wilber, 2006, p. 92)

E a planificação tinha de concretizar as seguintes tarefas:

- «E. Detailed study of the leading military personalities in Iran.
 - F. Detailed study of order of battle of the Iranian Army with emphasis on the Tehran garrison.
 - G. Detailed military study of communications, supply dumps, ammunition depots, command structure Iranian armed forces, time and distance factors within Tehran and throughout Iran, including road and rail nets,
 - H. Detailed study [of] military assets possessed by [MI6].
 - I. Operational assets to be developed by CIA; almost no military assets were then under CIA control.»
- (Wilber, 2006, p. 92)

E após várias fases de planeamento, com apoio iraniano e britânico, veio a ser aprovada a seguinte lista de prioridades (com o objectivo de garantir que as forças pró-Mossadeq não teriam a possibilidade de comunicar entre si e defender-se do esforço militar):

«1. *Seizure and occupation of designated points.*

2. *Execution of arrest and detention lists.*

3. *Neutralization of pro-Mossadeq military forces in Tehran.*

4. *Neutralization of the city of Tehran.*

5. *Reinforcement of pro-Zahedi forces in Tehran by forces outside of the city.*» (Wilber, 2006, p. 100)

O Coronel X¹, que era o homem do General Zahedi responsável pela operação militar (e previamente treinado pela CIA para a mesma), veio a fazer várias garantias irrealistas sobre o cumprimento destas prioridades; mas dados os seus contactos militares (numa altura em que a CIA não tinha contactos que pudesse utilizar e a posição do General Zahedi perante os militares no activo era relativamente fraca) continuava a ser pessoa certa para o trabalho. Chegou-se, no entanto, à conclusão que, dada a fragilidade do plano, ele dependeria principalmente de ser concluído antes de o General Riahi (Chefe de Gabinete de Mossadeq e o responsável pela guarnição de Teerão, sobre a qual tinha um firme controlo) conseguir fazer avançar as suas forças e de conseguirem manter a protecção dos seus activos enquanto o punham em andamento. Sendo a maior fraqueza do plano o facto da base em Teerão não estar em posição de manter o contacto com os comandantes que estariam no terreno, tendo de depender exclusivamente do Coronel X. (Wilber, 2006, pp. 101-105)

A 11 de Julho o plano já tinha reunido todas as autorizações (em ambos os países) necessárias para avançar, tal como um orçamento de um milhão de dólares para operações encobertas de apoio ao General Zahedi (desde finais de Abril), a que se acrescentava uma autorização (desde 20 de Maio) para gastar até um milhão de riais iranianos por semana para comprar o apoio de membros do *Majlis*. No entanto (como se verifica pelas datas das autorizações dos orçamentos), a operação já estava em andamento. (The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 18-19)

Como tal, os irmãos Rashidian já estavam em contacto directo com a base de Teerão desde o fim de Junho e à espera de receber instruções (tanto para eles, como para os seus contactos). Enquanto isto, Wilber começou uma operação de propaganda contra Mossadeq. Para tal, um grupo sob as suas ordens começou a escrever inumeráveis artigos anti-Mossadeq, enquanto o Departamento de Arte da CIA recebia instruções para preparar *cartoons* e folhetos

¹ A sua identidade é desconhecida, tendo sido considerada confidencial pela CIA.

anti-Mossadeq, a que acrescentaram um cartaz que representava Zahedi a ser apresentado ao povo iraniano pelo Shah. Este material começou a ser distribuído pelos agentes a 22 de Julho. (The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 19-20)

Com todas as autorizações dadas, a NEA começou a distribuir responsabilidades: Kermit Roosevelt, responsável da NEA, seria o comandante de campo em Teerão; John H. Leavitt, da NEA/CPP, iria para Nicósia para servir de contacto com o MI6 e tratar da manutenção das linhas de comunicação já estabelecidas; o Tenente-coronel Stephen Johnson Meade representaria a CIA nos encontros, em Paris, com a Princesa Ashraf; Joseph C. Goodwin, Chefe de Estação em Teerão, seria o Chefe de Gabinete de Roosevelt, no âmbito da operação TPAJAX; George A. Carroll, da CIA, ficou responsável por planificar a operação militar; Donald Wilber ficou encarregado com a operação de propaganda, trabalhando em conjunto com o Departamento de Arte da CIA; John Waller, mantinha o contacto com Departamento de Estado e com o de Defesa. Também é de referir Roger Goiran que foi o anterior Chefe de Estação em Teerão e que foi responsável pelas primeiras etapas de desenvolvimento do TPAJAX. (Wilber, 2006, pp. 20-21)

Dada a importância do Shah para o sucesso da operação, decidiram começar a pressioná-lo logo no início de Julho, para garantir a sua colaboração. Mas primeiro seria preciso convencer a Princesa Ashraf (que se encontrava exilada em França), para que ela fosse a “primeira vaga” a tentar convencer o Shah. Asadollah Rashidian conseguiu localizá-la a dia 15 Julho, na sua casa na Riviera, tendo de imediato feito o contacto. Essa reunião não teve um resultado muito positivo, mas a visita do dia seguinte (de Meade, representando a CIA, e Darbyshire, em nome do MI6) fê-la mudar de ideias (provavelmente devido a uma promessa não-autorizada de ajuda a financiar o seu estilo de vida, pelos EUA, caso o golpe de Estado falhasse). E, efectivamente, ela apanhou um voo comercial para Teerão (sem autorização nem do Shah, nem do Governo, o que deixou ambos bastante furiosos). A recepção começou tão mal que o Shah nem aceitou recebê-la. Acabou, no entanto, por aceitar receber uma carta dela, que continha palavras de apoio no momento difícil que o País vivia (justificando, assim, o seu regresso) e avisava da vinda do General Schwarzkopf (deixando implícito que tinham ambos o mesmo objectivo). A carta abriu espaço para que o Shah recebesse a irmã no dia 29; num encontro que, embora não tenha começado agradavelmente, acabou com a sua reconciliação (e após o qual ela regressou à Europa, tal como era

preferência dos agentes da TPAJAX). (Gasiorowski, 1987, p. 273; The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 22-24)

O segundo emissário enviado (não foi o General Schwarzkopf mas) foi Asadollah Rashidian, com a missão de provar a envolvimento do Reino Unido e que seria o seu agente. Isto foi feito através de arranjos com a BBC persa, que transmitiu certas frases ditadas pelo Shah a horas combinadas. Após provar quem representava, passou a preparar a visita de Schwarzkopf, que não só traria a mesma mensagem da Princesa, como garantiria a colaboração EUA/Reino Unido na operação. O General, para encobrir os seus propósitos, fez uma viagem pelo Líbano, Paquistão e Egipto, cuja paragem em Teerão aparentava ser uma rápida visita a um amigo. O seu verdadeiro propósito era, no entanto, conseguir obter do Shah três documentos: «(1) a *firman* naming Zahedi as Chief of Staff, (2) a letter indicating his faith in Zahedi which latter could employ to recruit army officers for the plan in the name of the Shah, and (3) a *firman* calling on all ranks of the army to support his legal Chief of Staff». Por essa altura tinham desistido de obter um *firman* que demitisse Mossadeq, contando com o *Majlis* para o derrubar. (Gasiorowski, 1987, p. 273; The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 24-26)

Tendo conseguido reunir com o Shah a 1 de Agosto, não conseguiu cumprir o seu propósito. O Shah estava desconfiado da operação, não querendo comprometer-se, assinando os documentos. Preferia que Mossadeq avançasse com o seu plano anunciado (um referendo para dissolver o *Majlis* – após os deputados que o apoiavam, em conjunto com alguns outros, terem-se demitido em massa para provocar a dissolução do órgão; o que não funcionou, muito por pressão norte-americana sobre os deputados restantes –, algo que era um poder constitucional do Shah) e depois o demitir por violação da Constituição. Isto obrigou a reuniões adicionais com Roosevelt e Rashidian. Enquanto, a 2 de Agosto, o Shah tenha dito a Rashidian que estava preparado para demitir Mossadeq, nomear Zahedi como Primeiro-ministro e Comandante-em-Chefe e nomear o General Vosuq como Chefe de Gabinete; a dia 3, em reunião com Roosevelt foi inconclusivo, o que levou a que fossem feitos “avisos” sobre uma possível futura invasão – segundo a lógica que, sem um golpe de Estado, o Irão se tornaria ou uma República Comunista ou uma segunda Coreia; o que os EUA não permitiriam –. Ao fim de várias reuniões (onde se incluíram garantias da parte do Presidente dos EUA, Eisenhower, e uma reunião com o Coronel X), a 10 de Agosto, o Shah cedeu a assinar os documentos e encontrar-se com Zahedi, antes de partir para Ramsar. Não fez antes de partir,

como combinado, mas a dia 13 o Coronel X regressou a Teerão, vindo de Ramsar, com os documentos (que a esta altura voltaram a ser dois *firmands*, um a demitir Mossadeq e outro a nomear Zahedi, e uma carta a denunciar a ilegalidade do referendo). (Gasiowski, 1987, p. 273; The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 28-31, 33-38)

Enquanto isto o ambiente político e social iraniano ia-se agravando. A 21 de Julho, houve vários distúrbios durante as manifestações que celebravam o aniversário das manifestações que tinham feito cair o curtíssimo governo de Ahmad Ghavam es Sultaneh. O facto de a maioria pertencer ao partido Tudeh fez a opinião pública começar a olhar para Mossadeq com outros olhos, devido ao suposto fortalecimento dos Tudeh por ele permitido. Era a prova como a campanha de propaganda anti-Mossadeq estava a dar resultados! Como tal, a operação foi ampliada com uma nova campanha, no Azerbaijão iraniano, que opunha Mossadeq ao Shah. Foi também decidido que os EUA deveriam começar a cortar relações com o Governo de Mossadeq, para aumentar a pressão psicológica. Assim, o *Technical Cooperation in Iran* diminuiu os seus contactos com o governo e o General McClure, Chefe da Missão Militar norte-americana no Irão, passou a ter uma posição menos amigável para com os generais iranianos que apoiavam Mossadeq. Também foi pedido ao Secretário de Estado Dulles que fizesse declarações sobre a preocupação norte-americana com o poder dos Tudeh e a complacência de Mossadeq perante o facto e que fossem publicados artigos, nos EUA, contra Mossadeq. Por último, o Chefe de Estação em Teerão, Roger Goiran, foi substituído por Goodwin, para ajudar a disfarçar o andamento da operação e aumentar o distanciamento oficial entre os EUA e Mossadeq. (Wilber, 2006, pp. 26-31)

A percepção deste *momentum* contra ele (desconfiando-se, mesmo, de que teria noção da verdadeira razão do repentino regresso da Princesa Ashraf), é que faz Mossadeq virar-se contra a sua oposição e propor o referendo de dissolução do *Majlis*, o que lhe daria plenos poderes devido às leis de reforço de poderes que já tinham sido aprovadas (e que ainda tinham mais uns meses, pelo menos, de validade). Esta manobra não caiu tão bem na opinião pública como esperado, por pôr claramente em cheque os poderes constitucionais do Shah. Acima de tudo, aparenta ter virado certos sectores que o apoiavam contra ele; o que só levou a que a campanha de propaganda fosse atizada, com vários líderes religiosos e jornais locais a alinharem. Isto também levou a que fosse aumentada a pressão sobre o Shah, nas reuniões que Roosevelt e Rashidian estavam a ter durante este período de tempo, devido à percepção de que seria necessário concluir o golpe rapidamente. (Wilber, 2006, pp. 31-33)

Já no início de Agosto, começou também a ser posta a circular propaganda “negra”, em nome do Partido Tudeh, que ameaçava gravemente um certo número de líderes religiosos que se opunham a Mossadeq; foram, também, feitos telefonemas a ameaçar esses líderes (tendo a casa de um deles chegado mesmo a ser bombardeada e estando outras mais planeadas). Ao mesmo tempo começou a espalhar-se o rumor de que o Shah estava a apoiar uma “conspiração dos Coronéis”. Os membros desta (que tinham sido escolhidos pelo General Zahedi e o Coronel X para executarem o lado operacional do plano) chegaram a encontrar-se com membros da CIA a 13 de Agosto; tendo este sido o último contacto da Estação em Teerão com golpistas. Da mesma forma, no dia 14, foi feita última comunicação para Nicósia, transmitindo à CIA a necessidade de financiamento para o governo de Zahedi mal se concluísse a TPAJAX, dado os cofres do Irão estarem vazios. (The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 36-38)

Foi a 15 de Agosto que se deu a primeira tentativa do golpe de Estado (segundo o plano da TPAJAX). Dada a falta de comunicação – já referida –, durante o dia 15, existem algumas incoerências sobre o que (e como) realmente se passou. Mas parece certo de que os atrasos, devidos às reticências do Shah, levaram a que algum oficial do Exército iraniano tenha denunciado a operação; o que por sua vez causou o caos nos conjuradores, que não souberam lidar com a nova situação, deitando tudo a perder. Sabe-se que o General Riahi foi informado do golpe na tarde de dia 15, por volta das 17h00; tendo às 23h00 enviado o seu representante, o General Kiani, para as casernas do Exército, em Teerão, que continham as casernas da Guarda Imperial (*Bag-i-Shah*). Mas estas já tinham sido tomadas pelo Coronel X, que prendeu Kiani. Entre os oficiais que perceberam que Riahi tinha sido alertado, houve vários que não cumpriram a sua parte, mas os outros continuaram com as suas tarefas. Estes detiveram várias personalidades (incluindo Hoseyn Fatemi, o Ministro dos Negócios Estrangeiros), movendo-os posteriormente para o Palácio Imperial em Shimran. Também foi atacada a rede telefónica, tendo sido cortada a ligação para as casas dos alvos a prender e para *Bag-i-Shah*, e ocupada a central telefónica do bazar de Teerão. (The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 39-41)

Ao não receber notícias do general Kiani, o General Riahi mandou duas brigadas para *Bag-i-Shah* (tendo estes sido igualmente detidos com Kiani, segundo algumas versões), para além de ter avisado vários comandantes de outras brigadas. Começou também a destacar soldados para pontos estratégicos da cidade (o que parece ter ajudado ao desencorajamento

dos golpistas). Ao mesmo tempo, o Coronel Nematollah Nassiri, comandante da Guarda Imperial, levou os *firmans* até casa de Mossadeq para o demitir. Existem varias versões sobre como é que a situação se passou exactamente, mas o que interessa é Nassiri acabou preso e que Mossadeq declarou que os *firmans* tinham sido falsificados. (Gasiorowski, 1987, p. 273; Wilber, 2006, pp. 41-42)

Estas situações provocaram a debanda da liderança, com o General Y², o Chefe de Gabinete de Zahedi, a ser o primeiro a fugir (o que, em conjunto com a notícia da prisão de Nassiri, destruiu a moral dos soldados golpistas). O Coronel X chegou a encontrar-se com ele, por volta da 01h00 de dia 16, o que o levou a tentar alcançar o Quartel-Geral para recuperar o controlo da situação. Mas a visão de tanques e tropas prontas para defender o local levaram-no a fugir novamente; dirigindo-se a Zahedi, para o aconselhar a fugir também. Conselho que este não acatou. Apenas após ter esperado em vão que o viessem buscar para o culminar do golpe de Estado, é que partiu para se esconder. Sendo que a esta altura já o Coronel X e o General Y se tinham escondido e os prisioneiros (que segundo o plano deveriam ter sido transferidos para o Quartel-Geral) terem sido soltos (por ser impossível a sua transferência, uma vez que o Quartel-Geral estava em mãos das forças pró-Mossadeq); para além de terem aumentado os soldados destacados, que começaram a fazer revistas aleatórias a carros. Com esta combinação de acontecimentos, os iranianos que ainda eram a favor do golpe de Estado consideraram que a causa esta perdida. Enquanto isto, na Embaixada norte-americana ninguém sabia o que realmente se estava a passar, embora a mensagem que tinha chegado é que a operação tinha falhado. (Wilber, 2006, pp. 42-43)

Dia 16 de Agosto, Teerão acordou com os relatos de uma tentativa de golpe de Estado falhada. E na Estação procurava-se saber o máximo de pormenores sobre a noite anterior, para que avaliassem um possível salvamento da operação. Para tal, contactaram Ardeshir Zahedi, filho do General Zahedi (que se encontrava com ele), e Roosevelt foi ter com ele(s). Dada a convicção destes de que a causa ainda não estava perdida; decidiram que o melhor era espalhar a palavra de que Zahedi é que era o legítimo Primeiro-ministro e que a tentativa de golpe de Estado da noite anterior, na verdade, teria partido de Mossadeq. E assim a *New York Associated Press* emitiu o seguinte comunicado: «*Unofficial reports are current to the effect that leaders of the plot are armed with two decrees of the Shah, one dismissing Mossadeq and*

² Cuja identidade também foi considerada classificada pela CIA.

other appointing General Zahedi to replace him.». Foi ao tentar conseguir uma confirmação “oficial”, da parte do Shah, que se veio a descobrir que ele tinha fugido do País. Foram, também, fotocopiados os *firmands*, para que fossem distribuídos por certos jornais e pelas Forças Armadas. (Gasirowski, 1987, p. 273; Wilber, 2006, pp. 44-46)

Embora o Governo se tenha preparado militarmente para as consequências do golpe de Estado, com militares e polícias extra a proteger locais estratégicos; não estava preparado para a operação de propaganda que se lhe seguiu. Começaram a circular rumores de que a tentativa de golpe de Estado tinha sido preparada por Mossadeq, para ter uma desculpa para agir contra o Shah (o que justificaria a fuga deste). Roosevelt enviou mesmo o General McClure perguntar ao General Riahi se a Missão Militar norte-americana no Irão ainda se encontrava creditada junto de Mossadeq (justificando a pergunta com os rumores sobre os *firmands* que teriam chegado à Embaixada), como forma de fazer pressão. Riahi negou que estes fossem autênticos. Ao mesmo tempo, um jornal Tudeh revelava que o golpe tinha sido preparado depois da reunião de dia 9, entre o Shah e o General Schwarzkopf, mas que Mossadeq estava preparado desde dia 14, para o mesmo. (Wilber, 2006, pp. 46-47)

O Governo, não só anunciou a decisão do referendo sobre o *Majlis* (dissolvendo-o) como, anunciou (pela voz de Fatemi) que já sabia que a Guarda Imperial estava a preparar um golpe e que se tinha preparado para a situação; e remetia mais informações para um editorial a ser escrito nesse dia no *Bakhtar Emruz*. Acontece que esse editorial, de Fatemi, era bastante negativo acerca do Shah e do seu pai; o que parece ter tido uma reacção negativa da parte do público. Por seu lado, a CIA preparou uma declaração pública para o General Zahedi (com o auxílio do filho). Esta não foi acabada a tempo de ser enviada para as redacções para sair no dia 17 de manhã, tendo sido substituída por uma entrevista forjada por agentes da Estação (sem autorização), que conseguiu ser publicada anexada por uma cópia do *firman* que o declarava o novo Primeiro-ministro. Os Zahedi, pai e filho, os irmãos Rashidian, o Coronel X e o General Y foram todos escondidos em casas seguras da CIA, para evitar que fossem presos pelo Governo. (Wilber, 2006, pp. 48-50)

No final desse dia, juntou-se uma multidão junto a Praça *Majlis* para ouvir discursos de personalidades pró-Mossadeq. Os discursos foram todos bastante anti-Shah, tendo sido acompanhados pela notícia de que o Shah tinha fugido para Bagdade (algo de que a CIA já sabia, mas não tinha conseguido autorização nem de Washington, nem de Londres para o

contactar). Talvez como resposta a estes discursos, houve estórias que (durante essa noite) militares tinham perseguido militantes Tudeh e espancado-os, enquanto os obrigavam a gritar “*Long live the Shah*”. E no dia seguinte, 17 de Agosto, os *media* dividiam-se em quem culpabilizar pelos acontecimentos: uns culpavam Schwarzkopf e os norte-americanos (acusando-os de verem o Shah apenas como um trunfo a ser usado), outros Mossadeq. Enquanto o Shah, de Bagdade, tinha decidido falar à rádio, declarando: que não tinha havido uma tentativa de golpe de Estado, porque tinha sido ele a dar as ordens, segundo os seus poderes constitucionais. Quis, também, deixar claro que a sua fuga não podia ser encarada como uma abdicação do seu lugar e que permanecia «*confidente of the loyalty of the Iranian people to him*». (The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 50-53)

Isto levou a uma resposta de Fatemi, que deu uma conferência de imprensa para declarar a traição do Shah e da sua linhagem para com o Irão. Numa altura em que o público já parecia confuso pelo conflito entre a versão governamental e as declarações do Shah sobre os *firmands*, a utilização destes termos aguçava a percepção de que era uma luta entre Mossadeq (que nada tenha dito sobre o Shah) e o Shah. Aproveitando isto, a CIA pagou a um grupo para se manifestar contra o Shah, fazendo-se passar por Tudeh (embora tudo aparenta que verdadeiros militantes dos Tudeh se tenham vindo a juntar a esta manifestação, aumentando a confusão), e que chegaram a derrubar estátuas do Shah, entre outros desvarios. Estas manifestações continuaram no dia seguinte – continuando, também, os danos a património vário –, não se sabendo no entanto a quantidade de infiltrados pagos pela CIA. (Gasiowski, 1987, p. 274; Wilber, 2006, pp. 55-56)

O próximo passo foi ambos os lados conseguirem o máximo de líderes religiosos do seu lado (do lado governamental apostavam nos ataques contra o Shah, do lado norte-americano na condenação do Comunismo – segundo a crença de que esta situação estaria a fortalecer os Tudeh, especialmente quando o discurso antimonárquico sempre tinha sido deles –), tendo estes recebido grandes somas de dinheiro (pelo menos, da parte da CIA). A CIA apostou também no envio dos cabecilhas iranianos do golpe para tentar convencer o máximo de militares a alinharem “pelo Shah” (tendo para isso que forjar documentação para todos, uma vez que eram procurados pela polícia e tinham a cabeça a prémio) e na propaganda nos países vizinhos (que declarava que Zahedi era o único Primeiro-ministro legal). Para seu mal, no entanto, o Agha Khan (importante líder religioso xiita, com ligações à dinastia Pahlavi) veio declarar que considerava que um governante que fugia do seu país nunca deveria ter

direito a retornar, deixando clara a sua posição em relação ao Shah. (Gasiorowski, 1987, p. 274; Wilber, 2006, pp. 55-59)

No dia 18, o Shah foi para Roma, enquanto o Comité Central do Partido Tudeh fazia uma declaração oficial (que clamando pela revolta e a queda da monarquia deu luz verde às manifestações e actos de vandalismo e violência que já aconteciam em seu nome) e Washington e Londres davam ordens para começar a preparar o evacuamento e o fim da TPAJAX (embora os britânicos, em Nicósia, se recusassem a desistir, fazendo frente às ordens recebidas); permanecendo o mesmo ambiente caótico e tenso, de propaganda e contrapropaganda e de manifestações (com variados graus de violência) diversas. No dia 19, no entanto, o ambiente parecia bastante diferente logo pela manhã. Talvez tenha sido pelos excessos dos Tudeh (que parecem ter ganho alguma confiança em excesso, perante o falhanço do golpe de Estado e a fuga do Shah), talvez pelas acções da polícia e dos líderes religiosos ligados aos golpistas (que tinham aproveitado cada momento – e cada excesso Tudeh – do dia anterior para “colar” a imagem de Mossadeq aos Tudeh e pintar a situação como se fosse um “duelo” entre Mossadeq e o Shah, entre República – que na verdade o Mossadeq não defendia – e Monarquia), mas a verdade é que o ambiente estava diferente e não era a favor do Governo. Logo pela manhã as principais publicações fizeram questão de divulgar cópias do *firman* a declarar Zahedi Primeiro-ministro, para além de uma alegada entrevista com Zahedi, que tinha sido forjada por um colaborador da CIA. Isto levou a que logo cedo se comesçassem a juntar grupos pró-Shah pela cidade. (The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 58-65)

Os grupos que se encontravam reunidos no bazar vieram a ser detectados por agentes afectos à operação (que se dirigiam para Qazvin para espalhar folhetos pró-Shah, dando a entender que tinha sido aumentada a censura no interior da capital, obrigando-os a fugir), por volta das 09h00. Mudando a sua missão inicial, juntaram-se aos grupos, procurando liderá-los. Começaram, então, a dirigir-se na direcção do *Majlis*, incendiando pelo caminho as sedes dos jornais afectos ao Governo e ao Partido Tudeh e saqueando sedes de partidos. Os irmãos Rashidian receberam, às 10h00, ordens para tentar que as forças de segurança se juntassem aos manifestantes e para que os provocassem a capturar a *Radio Tehran*. E sabendo destas notícias, o Coronel X dirigiu-se com um tanque (que tinha mantido em seu poder após o golpe falhado) para a Praça *Majlis*, onde se encontrou com membros da Guarda Imperial (que tinha sido dissolvida entretanto) que tinham capturados vários camiões pelo caminho. Sendo que às

10h15, já existiam camiões com militares pró-Shah nas principais praças da cidade. (Gasiorowski, 1987, p. 274; The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 65-67)

Os grupos de manifestantes começaram a aumentar e a armar-se, perante esta situação, seguindo para o centro da cidade, gritando “*Shah piruz ast*” (“O Shah é vitorioso”). Enquanto isto, a *Radio Tehran* – já dominada – começava a passar propaganda pró-Zahedi. E embora o Governo tivesse militares e polícias preparados, eles apenas dispararam para o ar, tendo ordens para não atacar a multidão. Mas não tiveram hipótese enquanto a multidão era liderada pelas forças de segurança que tinham abandonado o seu posto (o que foi acontecendo em números cada vez maiores). Isto levou a que o General Riahi apresentasse a sua demissão a Mossadeq, por ter perdido o controlo sobre a polícia e as Forças Armadas; enquanto o Coronel Momtaz dispunha o último batalhão fiel a defender a casa de Mossadeq. Sendo que às 14h20 a *Radio Tehran* já declarava a vitória dos apoiantes do Shah, com a leitura dos *firmons* e declarações de apoio de vários militares de alta patente. (Gasiorowski, 1987, p. 274; The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 67-72)

Às 17h25, o General Zahedi apresentava-se, fardado a rigor, na *Radio Tehran* para fazer o seu discurso de vitória; tendo chegado a Teerão pela manhã, após ter recebido ordens para avançar. E às 19h00, já a casa de Mossadeq tinha sido derrubada pelo fogo da artilharia, embora ele tenha conseguido escapar pelo telhado. A partir daí foi uma questão de “limpar” a restante resistência, com todos os Tudeh conhecidos e membros do Governo a serem perseguidos. Ao mesmo tempo que as unidades militares em Teerão ficaram sob o comando de apoiantes da TPAJAX, para que garantissem o controlo sobre todos os alvos militares e efectuassem a prisão de todos os listados pelo novo Governo. Após cerca de nove horas de combates, a cidade (e algumas zonas provinciais) tinha(m) sido tomada(s), com cerca de trezentos mortos relatados. Isto foi uma surpresa para Washington e Londres, que – na madrugada de dia 19 – quando começavam a delinear o que fazer com o falhanço da missão finalmente obtiveram notícias de Teerão; sendo informados do princípio da queda de Mossadeq (que se veio a render no dia seguinte). (Gasiorowski, 1987, pp. 274-275; The New York Times, 2000; Wilber, 2006, pp. 72-77)

Após a tomada de poder de Zahedi, a CIA disponibilizou encobertamente (em dois dias) uma verba de \$5.000.000; uma vez que não seria possível o Governo norte-americano disponibilizar ajuda financeira com a velocidade necessária para conseguir cumprir os

pagamentos de salários desse mês (o que teria destabilizado de imediato o novo governo). O Shah também regressou ao País pouco tempo depois, sendo entusiasticamente recebido pela população e, com a determinação de reter um firme controlo sobre as Forças Armadas. (Wilber, 2006, pp. xii-xiii)

3.2 – Chile em 1973

O segundo caso prático que iremos estudar é o do golpe de Estado, em 11 de Setembro de 1973, no Chile, contra o (democraticamente eleito) Presidente Salvador Allende. Embora não tenha havido uma intervenção de formato paramilitar, houve uma extensa operação de propaganda e utilização de meios políticos e económicos (que criaram todas as condições para o golpe de Estado, conduzido pelos militares chilenos); como tal, pode ser considerada uma operação encoberta da CIA. Na realidade, iremos estudar várias operações que se encadearam (dado o falhanço nos seus objectivos); levando-nos a estudar os três anos anteriores. Esta operação tem a importância de ter criado a “fórmula para o caos” (expressão utilizada por Henry Heckscher, chefe do escritório da CIA em Santiago), que foi instituída como guião para as operações encobertas com objectivos similares.

Para começar, é preciso ter em conta que a CIA já financiava o Partido Democrata Cristão (PDC), liderado por Eduardo Frei, desde 1954. Este financiamento deveu-se ao medo de que o, na altura, senador Salvador Allende pudesse alcançar a presidência (embora na sua primeira candidatura, em 1952, tenha alcançado apenas 5,45% dos votos, foi considerado que isso se tinha devido a problemas entre os vários partidos de esquerda, que o poderiam vir a apoiar no futuro; o que se provou em 1958, quando perdeu apenas por 2,7% dos votos). Este apoio aumentou em 1964, perante o aumento da possibilidade de Allende ganhar (após a coligação do Partido Radical – social-democrata – com o Partido Nacional – conservador –, que apoiava o Presidente Jorge Alessandri, ter perdido as eleições parlamentares, anunciando-se a sua derrota na eleição presidencial; em grande parte devido ao descalabro financeiro e económico que o País vivia, agravado pela entrada do FMI); e Frei estava disposto a estreitar os laços com os EUA e permitir que a indústria do cobre se mantivesse nas mãos das empresas norte-americanas. Para isto também ajudou que a morte de Kennedy levasse à subida ao poder de Lyndon Johnson (que não estava disposto a esperar para ver o que acontecia). Assim sendo, a CIA começou uma campanha de propaganda, com o objectivo de

dividir os partidos da esquerda. E Allende veio a perder as eleições para Frei com quase 20% de diferença. Pode-se dizer que esta operação foi o primeiro elo, na corrente de operações contra Allende (embora ele ainda não fosse Presidente). (Bandeira, 2009, pp. 85-96)

Com a eleição de Frei, os EUA começaram a investir grandes quantidades de dinheiro em ajuda financeira ao Chile, como parte do seu plano de garantir as melhores condições ao governo democrata-cristão. As empresas mineiras norte-americanas também colaboraram com o Governo chileno no seu projecto de “*chilenización*” da indústria do cobre. Permitiram que o Governo nacionalizasse parte as explorações (algumas delas até 51%), mas com acordos tão disfuncionais que dificilmente poderia ser considerado como uma recuperação do controlo sobre a indústria. E embora nem sempre seguisse as indicações do Departamento de Estado dos EUA, em matéria de política externa, evitou sempre a antagonização; até por medo de uma intervenção conjunta do Brasil e da Argentina, ambos governados por ditaduras militares. (Bandeira, 2009, pp. 96-101)

Durante todo este tempo, até às eleições de 1970, a CIA não esteve parada no Chile. Tendo consciência de que a esquerda se organizava para que Allende conquistasse a presidência nas eleições seguintes, mas sem condições para instigar os militares à acção (caso o Governo de Frei fosse derrubado por si, o que poderia até reforçar a esquerda); a CIA utilizou as suas capacidades para favorecer os políticos de que gostava (tendo em 1969 conseguido garantir a eleição de 10, dos 12, candidatos por si apoiados). Também houve empréstimos norte-americanos, tanto estaduais como dos bancos, que consubstanciaram na maior ajuda por habitante de todo o hemisfério. (Bandeira, 2009, pp. 108-109)

Mas com o aproximar das eleições as relações entre Frei e os EUA arrefeceram bastante, o que ajudou a provocar os acontecimentos futuros. Por um lado, Frei estava disposto a apoiar a candidatura de Radomiro Tomic (da ala esquerda do partido), em nome do PDC, como forma de fragilizar a nova “super-coligação” de esquerda (que unia, entre outros, o Partido Comunista Chileno – PCCh –, o Partido Socialista – PS – e o Partido Radical) liderada por Allende, a Unidade Popular (UP); isto trouxe-lhe de imediato a desconfiança de Heckscher (que tinha um historial de operações encobertas de apoio a regimes de direita, desde da República Democrática da Alemanha – onde foi parado pela Casa Branca – até à Guatemala – onde ajudou a derrubar o Presidente Jacob Arbenz –). Por outro lado, Nixon foi eleito para a Casa Branca e declarou de imediato Frei como uma *persona non grata*, por este

ter sido uma escolha de Kennedy (para além de cortar toda a assistência financeira ao Chile); passando, assim, a apoiar Alessandri. O embaixador norte-americano no Chile, Edward Korry, era o único que discordava. Embora ele também fosse contra a UP (devido à sua matriz marxista) e não confiasse na social-democracia defendida por Tomic (que se dizia anticapitalista), não acreditava na vitória de Alessandri (nem nas sondagens feitas pela CIA que lhe davam uma vitória com uma vantagem de 10%). Como tal, estava decidido a que o melhor caminho era apoiar Tomic; mantendo assim as boas relações com Frei, que podia liderar um golpe de Estado institucional caso Allende vencesse, dispensando a intervenção das Forças Armadas. (Bandeira, 2009, pp. 109-111, 125-126)

Provavelmente estas alterações justificam a tentativa de golpe de Estado, levada a cabo pelo recém-nomeado General-de-brigada Roberto Viaux (após ser intimidado a reformar-se), em Outubro de 1969, em nome do aumento salarial dos militares e de maior influência das altas patentes nas decisões sobre o futuro e desenvolvimento do País (teoria que vinha directamente das escolas militares norte-americanas para a América Latina). Segundo denúncias vindas de Havana, este golpe teria apoio da CIA; o que parece provável dado o programa secreto, aprovado por Langley, de infiltrar agentes nos serviços de informações do Exército para controlar a articulação de golpes de Estado, e o aumento de contactos entre políticos da direita chilena com contrapartes norte-americanas. O General René Schneider conseguiu, no entanto, um entendimento com Viaux (que foi posteriormente reformado compulsoriamente). Isto levou a que o General Schneider viesse a substituir o General Sérgio Castillo como comandante-chefe do Exército; tendo sido os soldos dos oficiais aumentados em Janeiro de 1970. Após esta tentativa, as Forças Armadas tiveram de se manter atentas a outras conspirações, algumas delas incluindo altas patentes e/ou oficiais com grandes responsabilidades. Também se tornou patente as boas relações entre o embaixador brasileiro no Chile, António Candido da Câmara Canto, com os militares dissidentes e o seu interesse num golpe de Estado para evitar que o “esquerdismo” assolasse o Chile. Também denunciou a infiltração esquerdista (principalmente do *Movimiento da la Izquierda Revolucionaria* – MIR –) nas Forças Armadas (algo que veio a ser confirmado pelo General Carlos Prats, nas suas memórias). (Bandeira, 2009, pp. 113-118)

A CIA também patrocinou a Marcha do Silêncio – que o embaixador Câmara Castro admitiu ter sido bastante similar à Marcha da Família com Deus pela Propriedade, que antecedeu o golpe de Estado no Brasil –, que era escoltada por militantes do *Patria y Libertad*

(direitista) e que provocou vários conflitos durante a sua passagem, deixando feridos para trás. A esta marcha seguiram-se vários ataques bombistas, de grupos de extrema-direita, que tentavam fazer com que os grupos de esquerda (como o MIR) respondessem de forma igualmente violenta (o que danificaria a imagem de mudança pacífica defendida por Allende). Como resposta a estas situações as Forças Armadas reuniram os seus oficiais-generais para discutir o que fazer; decidindo seguir a doutrina legalista, defendida pelo comandante-chefe do Exército, o General Schneider – que se tornou, desta forma, um alvo a abater –. Ele defendia que os problemas do País eram políticos e, como tal, deveriam ser resolvidos pelos políticos, e não pelos militares; sendo necessárias grandes alterações no País para justificar a intervenção das Forças Armadas. (Bandeira, 2009, pp. 118-120)

Isto levou a que o *40 Committee* – que era o órgão responsável pela aprovação das operações da CIA e era liderado por Henry Kissinger – decidisse que nenhum dos partidos devia ser directamente apoiado, mas apenas financiados (sendo o Partido Nacional também financiado pelas corporações norte-americanas com interesses no Chile, que o apoiavam); para além de *spoiling operations* contra a candidatura de Allende. A esta altura, Nixon e Kissinger, já estavam convencidos de que o embaixador Korry poderia estar certo e de que nem Tomic, nem Alessandri tinham grandes hipóteses de vitória. Isto tornava as operações de sabotagem da UP mais importantes que o apoio às outras candidaturas. A CIA financiava, também, duas agências de notícias e o jornal *El Mercurio*, que facilitavam as operações de propaganda da CIA. Chegavam mesmo a ter jornalistas cooptados pela CIA, dedicados a influenciar os editoriais e a controlar o conteúdo das secções internacionais. Isto, para além de outros folhetins e pasquins direitistas vários – criados ou financiados pela CIA – e programas de rádio, para aumentar o alcance da sua mensagem. Recorrem também a propaganda “negra”, com o objectivo de criar o caos nas hostes esquerdistas. A propaganda também chegou à Europa, onde a CIA fez parceria com o Vaticano e com os partidos democrata-cristãos italianos e alemães; para além de cerca de 23 jornalistas que entraram para a sua lista de pagamento. Estes tinham a tarefa de escrever artigos que denegrissem a imagem de Allende e o apresentassem como uma marioneta soviética. (Bandeira, 2009, pp. 126-128, 130-132)

Mas embora Allende não tivesse sido “fabricado” na URSS (conquanto recebesse financiamento, através do PCCh), tinha uma afinidade ideológica, sendo também um marxista. Mas acima de tudo, a sua ligação era para com Cuba e Fidel Castro. Este (para além

do financiamento de cerca 350 000 dólares com que terá contribuído para a campanha da UP) apoiava a “via chilena”, o caminho de revolução pacífica que Allende defendia para o Chile (mesmo que não o defendesse para a restante América Latina). Com isto pretendia, também, afastar a influência do MIR e outros, que favoreciam a luta armada; ao mesmo tempo que tentava suavizar a imagem exterior de Cuba (justificando o seu apoio às lutas armadas com o intervencionismo ilegal e ilegítimo dos EUA). (Bandeira, 2009, pp. 128-130)

Enquanto isto, a CIA continuou e aumentou a sua operação de propaganda no Chile, onde pretendia demonstrar ao eleitorado o caos que o País alcançaria se Allende ganhasse as eleições. As coisas tornaram-se de tal forma agressivas que o embaixador Korry veio a dizer mais tarde:

«I had never seen such dreadful propaganda in a campaign anywhere in the world. (...) I said the idiots in the CIA who helped create the ‘campaign of terror’ – and I said this to the CIA – should have been sacked immediately for not understanding Chile and Chileans. This was the kind of thing I have seen in Italy.» (Weiner, 2007, pp. 307-308)

Tudo isto falhou, no entanto, ganhando Allende as eleições; embora não tenha alcançado a maioria (a UP tinha 36,22% dos votos, o PN tinha 34,9% e o PDC tinha 27,1%), o que não dava garantias nenhuma (estando dependente do apoio do PDC). Esta possibilidade preocupava os Generais Schneider e Prats, comandante-chefe do Exército e chefe do Estado-Maior da Defesa Nacional respectivamente, que temiam que se despoletasse uma guerra civil. Esta situação foi agravada pelo corte de crédito para aquisição de material bélico, liderado pelos EUA (a que se juntaram rapidamente o Japão, a Suíça e a Alemanha Ocidental). Como declarou o embaixador Korry a Frei (embora viesse a arrepender-se das suas palavras, pela celebridade negativa que atingiram, tendo dito ao embaixador Câmara Canto que só o disse por ter «instruções indirectas da Casa Branca»): *«Not a nut or a bolt shall reach Chile under Allende. Once Allende comes to power we shall do all within our power to condemn Chile and Chileans to utmost deprivation and poverty.»*. (Bandeira, 2009, pp. 134-136)

Não tendo conseguido impedir a vitória eleitoral de Allende, a CIA (com o apoio empresarial) decidiu impedir a sua confirmação. Para tal, teriam de conseguir que os deputados do PDC não votassem a favor do Allende (enquanto Korry já tinha gente a distribuir panfletos às chefias militares para “reflectirem” sobre o que seria um governo

marxista). Isto seria conseguido tanto através de subornos ou através da criação do caos económico (para pôr pressão sobre os sociais-democratas ou pelo menos deixar o País bastante enfraquecido até que Allende tomasse posse, facilitando o trabalho de depois o derrubar, através da demonstração da falta de confiança do sector financeiro em Allende, e do desemprego em massa devido às falências provocadas). A verdade é que os empresários alinharam rapidamente (muitos antecipando-se aos pedidos da CIA) na criação do caos económico chileno: linhas de crédito foram cortadas e declarações de falta de confiança foram feitas. (Bandeira, 2009, pp. 138-140) A maior de todas adveio do próprio Ministro da Fazenda e Economia de Frei, José Andrés Rafael Zaldívar Larraín, que anunciou a possível bancarrota do Chile, no dia 23 de Setembro de 1970:

«Hasta el 3 de septiembre, la economía chilena se desenvolvía en plena normalidad y las informaciones disponibles señalaban que los ritmos de crecimiento eran satisfactorios. Con posterioridad a esa fecha el proceso económico de ha visto alterado, poniendo en peligro los resultados esperados y anulando los efectos positivos de las políticas económicas que el gobierno ha venido aplicando armónicamente durante los últimos años.» (Bandeira, 2009, p. 145)

Claramente que o objectivo desta declaração tinha sido a criação do pânico e a deterioração da situação económica chilena, levando a uma corrida aos bancos e a uma fuga de capitais imensa, como foi denunciado por Carlos Altamirano, dirigente do PS. Estas acções em conjunto com a propaganda anti-Allende produzida pela CIA anteriormente estava a criar uma situação bastante preocupante; apenas o accionar de medidas de protecção da economia, pelo Presidente Frei e o Banco Central do Chile, por pressão de Allende, melhorou a situação. Para além disso, Tomic admitiu a sua derrota e reconheceu a vitória de Allende, levando o sector mais à esquerda do PDC a tender para o apoio à UP. Toda esta situação levou a que a Argentina considerasse que o golpe de Estado deveria ser evitado a todo o custo, pois teria consequências terríveis; declararam assim o seu apoio a Allende (que esperavam utilizar para impedir a influência brasileira, que não acreditavam que estivesse disposto a aceitar Allende, como de facto aconteceu). (Bandeira, 2009, pp. 145-148)

Nixon, por outro lado, decidiu que o golpe de Estado era a única solução. A CIA recebeu ordens para executar o Projecto FUBELT, que tinha como objectivo fomentar caos económico e social de tal forma aterrorizante que as Forças Armadas se sentissem obrigadas a derrubar Allende (o que lhe valeu o epíteto de *«most infamous covert operations»*). Esta operação dividia-se em duas vertentes: Track I – que era vertente política/institucional, que

procurava evitar a votação da confirmação da vitória de Allende pelo Congresso ou convencer Frei a dar um golpe constitucional – e Track II – a vertente militar, com um golpe de Estado liderado pelas Forças Armadas –. A preparação para ambas era a mesma: continuar com a propaganda e as *spoiling operations* (agora apostando na divulgação do provável colapso económico e financeiro do Chile). Criaram também “falsas bandeiras”, infiltrando quatro agentes, com ligações à Máfia, no Chile (que não deveriam contactar qualquer norte-americano), para manterem contacto com o General Viaux (que se ocupava com ataques terroristas em Santiago, tentando culpar a esquerda por eles) e incitá-lo ao golpe de Estado (embora ele fosse considerado demasiado instável para realmente o efectuar). O embaixador Korry, que foi excluído do Track II, acabou por denunciar ao Presidente Frei conspirações entre a extrema-direita e o Major Arturo Marshal (que era próximo de Viaux e agia com ele em Santiago, tendo também participado na sua tentativa de golpe). Korry fê-lo por achar que, se Allende fosse impedido de chegar ao poder, a situação se viraria contra os EUA, pondo em perigo todos os cidadãos norte-americanos no Chile; confiando que o Track I teria sucesso. (Bandeira, 2009, pp. 148-152)

A operação acabou por chegar a um impasse devido ao presidente Frei (que esperava que as Forças Armadas tivessem a iniciativa) e ao General Schneider (que, por sua vez, não agiria sem ordens presidenciais directas). Para além disso, a maioria dos oficiais considerava não haver apoio popular suficiente para evitar uma guerra civil, caso impedissem a ratificação de Allende. E com Allende a negociar um Estatuto de Garantias Democráticas com o PDC, de forma a conseguir o seu apoio (mesmo que Frei, através do seu Ministro da Fazenda e da Economia, o tentasse sabotar), a sua investidura parecia uma questão pacífica. Também Alessandri emitiu um comunicado em que pedia para que não votassem nele, pois iria retornar à vida privada. A única forma de a operação avançar era avançando para o golpe de Estado. E a solução encontrada para ultrapassar o impasse foi o assassinato do General Schneider, que deveria ser atribuído a grupos de esquerda. Foram precisas três tentativas, mas a 22 de Outubro, Schneider foi cercado e abatido por metralhadoras. Contudo o General Carlos Prats assumiu de imediato o comando do Exército, amedrontando os oficiais que deveriam avançar e pedir a Frei que entregasse o poder (e a culpa rapidamente recaiu sobre os verdadeiros culpados, sendo denunciada a intervenção da CIA e da Fiducia – uma «entidade político-religiosa vinculada à extrema-direita da Igreja Católica e com filiais no Brasil e na Argentina», como a descreve Luiz Bandeira –). A operação FUBELT falhou e a única reacção

popular foi em apoio a Allende, que se viu elevado a Presidente do Chile no dia 24 de Outubro de 1970. No entanto, foi alcançado o objectivo de deixar um ambiente político, social e financeiro bastante gravoso e caótico. (Bandeira, 2009, pp. 154-160, 165-166)

E esse ambiente corrosivo criado foi a semente para novas operações. Após a vitória de Allende e o falhanço da operação FUBELT, a CIA recomeçou a sua rede de contactos (com especial atenção aos conseguidos no seio das Forças Armadas, que continuavam a ser a esperança para derrubar Allende) e cerca de um ano depois – em Setembro de 1971 – já o escritório em Santiago estava a trabalhar em pleno para a execução de um golpe de Estado. A principal ideia de Langley era uma operação de falsa bandeira, que desse a ideia de uma infiltração cubana nas Forças Armadas chilenas para criar uma reacção dos sectores anti-esquerdistas (aproveitando o reatar de relações diplomáticas entre o Chile e os países do bloco comunista e a sua declaração de não-alinhamento). (Bandeira, 2009, p. 225)

Para além da direita (espicaçada pela CIA), Allende também teve de lidar com a extrema-esquerda (principalmente o MIR e o segmento mais à esquerda do PS), que pretendia uma rápida radicalização da sociedade. Isto contrariava o programa da UP (que chegou a alterar a Constituição para inserir cláusulas de protecção da Democracia advindas do Estatuto de Garantias Constitucionais e), que defendia uma «*vía chilena al socialismo*», uma implantação do socialismo democrática, pacífica, em liberdade e sem confrontar violentamente a burguesia. E quando começou a estatizar a indústria têxtil, as companhias nacionais do carvão e a mineração do cobre (considerada a “jóia da coroa” do Chile) – que ia contra o programa de «*chilenización*» do governo de Frei –, começaram os problemas mais graves. As multinacionais norte-americanas (apoiadas pela Casa Branca) não concordavam com o processo, porque iriam receber bastante menos do que pretendiam, e iniciaram uma campanha internacional contra o Governo chileno (com o apoio e financiamento do 40 *Committee*), acusando-o de as expropriar sem indemnização. Allende, não pretendendo estatizar toda a economia, não estava disposto a ceder nas áreas que ele achava que deviam passar a pertencer à gestão pública. Por outro lado, tendo também começado um processo de reforma agrária, teve problemas com a extrema-esquerda que achava que o programa não era tão extenso quanto devia e começou a encorajar *tomas* (ocupações ilegais, que muitas vezes acabavam violentamente). (Bandeira, 2009, pp. 226-233)

A CIA, para além de apoiar a campanha das multinacionais, começou a manipular os sentimentos esquerdistas contra Allende, com propaganda acusando-o de ser um reaccionário, procurando extremar as posições esquerdistas (de forma a assustar as Forças Armadas). Inconscientemente, o MIR e os esquerdistas do PS ajudavam a CIA, incitando a população à radicalização (problema com que Allende teve de lidar durante todo o tempo em que esteve no poder). O MIR criou os *Consejos Comunales Campesinos* (que eram inconstitucionais, por formarem um centro de poder paralelo ao Governo e ao Congresso), que também estavam ligados às *tomas*, não só de terras agrícolas, mas de prédios e fábricas. Também estabeleceu uma escola de guerrilheiros e o *Movimiento Revolucionario Campesino*. Isto levou a que as Forças Armadas, através dos seus generais reunidos por Allende no *Consejo Superior de Seguridad Nacional* (CONSUSENA), avisassem o Presidente dos problemas de caos e violência criados e para que não permitisse que a reforma agrária ultrapassasse o que tinha sido estabelecido. (Bandeira, 2009, pp. 233-234)

Allende também deveria temer que a situação se pudesse agravar, pois enviou quinze militantes – cinco do PC, cinco do PS e cinco do MIR – para receberem treino militar em Cuba e a sua guarda presidencial, o *Grupo de Amigos Personales* ou *Grupo de Amigos del Presidente* (GAP) também tinha treino militar feito em Cuba – sendo integrado pelos membros chilenos sobreviventes do ELN (o *Ejército de Liberación Nacional*, criado por Che Guevara e) que tinham continuado a lutar a terem ser derrotados na Colômbia e tido que pedir asilo político ao Chile, mal Allende chegou ao poder (Bandeira, 2009, pp. 168-174) –. Estas precauções, na verdade, acabavam por tornar os militares mais desconfiados, algo que foi bastante explorado pelo PDC (tal como o grito utilizado nas manifestações do MIR e do PS: «*Luchar, crear, poder popular*» e «*avanzar, sin transar*»). (Bandeira, 2009, pp. 234-236)

Estas situações foram-se todas agravando: mais expropriações, mais manifestações, mais provocações e mais retaliações e campanhas internacionais contra o Chile (ao ponto de Fidel Castro avisar que a UP estava a dar «passos demasiadamente revolucionários», ao contrário do que ele lhes tinha recomendado). Mas mesmo enquanto os problemas se agravavam Allende manteve-se dentro dos limites constitucionais do poder, procurando criar pontes entre todos os lados e em respeito às instituições do Estado, seguindo o seu princípio democrata. Mas não tinha a maioria do País do seu lado, nem as forças produtivas estavam suficientemente desenvolvidas para servirem de fundação à transformação social e económica, que ele pretendia para a sua revolução socialista. (Bandeira, 2009, pp. 236-240)

E a 8 de Junho de 1971 houve um novo abalo, com o assassinato do ex-Ministro do Interior de Frei, Edmundo Pérez Zujovic. A *Vanguardia Organizada del Pueblo* (VOP) apareceu a reivindicar o assassinato, tendo sido identificado como um dos autores Ronald Rivera (que já tinha pertencido ao MIR, de onde foi expulso, ao PC e ao PS). Não se sabe se tinha estado infiltrado, ou não, nestes grupos (mas tinha sido preso por Frei e indultado por Allende); mas tanto os EUA, como Cuba acreditavam que tinha sido a direita a cometer o assassinio (sendo que o MIR e os jornais ligados ao Governo acusavam a CIA do feito), como forma de provocação, uma vez que eram os únicos a ganhar politicamente com a situação. A VOP espalhou folhetos a acusar Allende de se ter esquecido do que era o “socialismo”, porque «uma revolução socialista deve passar sobre os cadáveres dos exploradores, verter o sangue dos ricos e aplicar o paredão aos inimigos dos humildes», e a incitar os Carabineiros a derrubá-lo; enquanto ameaçavam assassinar os dois ex-candidatos presidenciais e o Cardeal Raúl Silva Henríquez. Os principais suspeitos acabaram por morrer todos, levando o PDC a acusar a UP de estar por detrás do assassinato, o que degradou bastante as relações entre os dois partidos. (Bandeira, 2009, pp. 246-248)

Com o fim das relações entre a UP e o PDC, este juntou-se ao Partido Demócrata Radical e ao Partido Nacional numa oposição maioritária no Congresso (78 votos contra 44). Assim fizeram passaram uma moção de censura que derrubou a mesa da Câmara dos Deputados, constituída por membros da UP. Para além disso, aliaram-se durante a eleição do senador para Valparaíso, conseguindo eleger o seu candidato, contra o da UP; numa clara diferença do que tinha sido as eleições municipais, em Abril, em que a UP ganhou com 50,6% dos votos (porque a divisão do eleitorado fazia-os perder a força vinda dos orçamentos que, graças à CIA, eram muito superiores ao da UP). Há que ter em atenção que, devido à abstenção com cerca de 25%, esta vitória da UP correspondia apenas a uns 38% da população, pouco diferente das presidenciais. Para poder prosseguir com o seu programa, Allende precisava de substituir o sistema bicameral, por um unicameral; algo que Altamirano defendia que o Presidente devia implantar unilateralmente. Uma possibilidade era através de um plebiscito (previsto na Constituição), aos quais já tinha recorrido para conseguir implementar medidas chumbadas pela oposição; embora se fosse derrotado seria o fim da UP. (Bandeira, 2009, pp. 249-250)

E como se não bastasse a aliança entre o PDC e o Partido Nacional (apoiada e financiada pelos empresários – principalmente os chilenos, norte-americanos e brasileiros – e

pela CIA) e um *Patria y Libertad* cada vez mais activo e bem armado, ainda tinha de lidar com o MIR. Este, considerando que já estava provado o falhanço da via pacífica (de que sempre tinha desdenhado), tinha-se separado da UP e do GAP e começou a impulsionar acções directas (levando a que Allende chegasse a pensar em reprimir as suas actividades pela força). E o PS também se mantinha numa rota de radicalização (embora não concordasse com os métodos do MIR), tendo elegido Altamirano para secretário-geral, com uma Comissão Política igualmente radicalizada. O Governo ficava dividido entre deixar os Carabineiros intervir nas suas actividades, ou não: se o fizesse a esquerda acusá-lo-ia, se não o fizesse as acusações viriam da direita. Isto levou Allende a fazer um discurso, contra a radicalização, avisando dos perigos de provocar uma resposta reaccionária das Forças Armadas instigadas pela direita (como tinha acontecido na Bolívia). (Bandeira, 2009, pp. 250-256)

Felizmente para Allende, as Forças Armadas estavam contidas pela posição legalista do General Prats e dos seus mais próximos (que não era diferente da do falecido General Schneider, que ele tinha substituído como comandante-chefe do Exército). No entanto, também não apoiavam o Governo, como demonstraram ao levantar problemas quando Fidel Castro foi visitar o Chile. Esta visita foi, também, a desculpa para a CIA aumentar a propaganda – incluindo propaganda “negra”, com um falso documento, que a Embaixada dos EUA dizia ter recebido de um desertor cubano, que conteria aprovação de Allende para o Chile ser utilizado como base terrorista de Cuba e que estaria a conspirar para derrubar o Alto Comando das Forças Armadas –, em que anunciava o Governo de Allende como a porta para tornar o Chile numa “nova Cuba”. (Bandeira, 2009, pp. 256-257)

Também começaram as *Marchas de las Cacerolas vacias*, que contavam com senhoras de classe alta a marchar e a bater panelas enquanto gritavam contra o Governo (em tudo segundo o modelo das marchas brasileiras, que tinham ajudado à instauração da ditadura militar), tal como planeado pela CIA (através do *Patria y Libertad*, principalmente) e por Glycon de Paiva, um engenheiro brasileiro que conjuntamente com a CIA também tinha trabalhado na organização das marchas brasileiras. A marcha acabou em violentos conflitos, iniciados por comandos de choque do PDC e do Partido Nacional que escoltavam a marcha e que decidiram desviá-la para a morada do Presidente, tendo sido impedidos pelos Carabineiros. Os comandos de choque levantaram barricadas e o conflito agravou-se de tal forma que o governo decretou um toque de recolher e declarou o estado de emergência em Santiago, sob a chefia do General Pinochet (que haveria de ser, seguidamente, nomeado chefe

do Estado-Maior pelo General Prats, que provavelmente não saberia do seu envolvimento com os complôs do General Viaux). (Bandeira, 2009, pp. 257-263)

Apesar de tudo, economicamente, o primeiro ano de governação foi positivo. Embora tenha gasto 25% das suas reservas de dólares e o *superavit* de 1970 se tenha tornado num défice, a inflação caiu, os salários subiram e o PIB cresceu. Nem mesmo os cortes de crédito e a queda do preço do cobre o conseguiram impedir, independentemente dos esforços dos EUA e dos seus aliados; tendo havido melhorias substanciais nos padrões de consumo familiares, a nível qualitativo e quantitativo. Mas Allende acabou por ser apanhado pelo reverso da medalha. Com os empresários e os grandes produtores contra ele, o aumento do consumo e das importações (para as quais não conseguia crédito) e a falta de medidas anti-inflacionárias, a economia começou a decair. E com o aumento dos problemas económicos, aumentou a pressão política da oposição, aumentando a tensão entre o governo e o Congresso (que chegou a fazer acusações constitucionais contra o Ministro do Interior, que teve de ser demitido, e passou por maioria simples a reforma constitucional Hamilton-Fuentealba, que impedia a estatização de indústrias ou empresas sem autorização do Congresso, que foi vetada pelo Presidente). E, em 16 de Janeiro de 1972, a UP ainda veio a perder a eleição para um deputado e um senador, fragilizando ainda mais a sua posição política. Isto reforçava o MIR e os radicais do PS, que acreditavam que a única solução era pegar em armas. Também tornou o MIR muito mais interessado em armar-se, por achar que apenas armando o povo era possível concluir a revolução socialista. Enquanto Allende chegava à conclusão que não tinha o suporte necessário para constituir a Assembleia unicameral. (Bandeira, 2009, pp. 269-277)

Mas, a 21 de Março, um jornalista norte-americano revela um monte de documentos que interligavam empresários norte-americanos, a Casa Branca, o Partido Republicano e a CIA, na operação para impedir a eleição de Allende em 1970; o que levou a uma investigação do Senado norte-americano. E no Chile levou à ordem de prisão de vários militantes do *Patria y Libertad* por envolvimento no assassinato do General Schneider. No entanto, em nada alterou a inflexão política que o País estava a fazer, independentemente do mediatismo alcançado. O impasse entre Governo e Congresso manteve-se e por muito que Allende se tentasse equilibrar entre a extrema-esquerda e os conservadores, os militares mostravam-se cada vez mais favoráveis ao PDC, ao Partido Nacional e, mesmo, ao *Patria y Libertad*. Ao passo que a oposição acusava o Governo de proteger o MIR e a extrema-esquerda, que mantinham o seu programa fora-da-lei (e que chegaram a convocar uma Assembleia de Poder

Popular para criarem uma estrutura de poder paralelo ao Estado, que teve a oposição do PCCh e de Allende que não queriam provocar desnecessariamente as Forças Armadas, considerando a convocação uma «manobra reaccionária»). (Bandeira, 2009, pp. 276-282)

Aproveitando todos estes problemas (que se mantiveram e até pioraram), criou-se um eixo entre o *Patria y Libertad* e ex-militares, comandados pelo Major Arturo Marshall (que se tinha instalado em La Paz, de onde supervisionava um campo de treino de guerrilheiros), que tinham planos para promover uma luta armada contra o Governo. Chegaram mesmo a recrutar oficiais chilenos, com experiência em “tropas especiais”, para servirem de instrutores militares para as recém-formadas *Brigadas Operativas y de Fuerzas Especiales* (BOFE) do *Patria y Libertad*. Estes guerrilheiros, para além de serem financiados e armados pela CIA, também receberam treino de militares brasileiros. (Bandeira, 2009, pp. 293-294) Isto estava desenhado para trazer a guerra civil que Allende tanto temia, como ele próprio declarou, enquanto avisava sobre a «*insolencia fascista*»:

«Uma guerra civil, mesmo que a ganhássemos (...), e teríamos que ganhá-la, significa que ficaríamos marcadas gerações e gerações e que se destruiria a economia chilena, a convivência humana e o respeito humano. Ser contra essa violência e ser contra uma hipotética guerra civil não significa, entretanto, claudicar ou retroceder e isso têm de entender claramente os que se atrevem a falar ousadamente de violência.» (Bandeira, 2009, p. 294)

Os desentendimentos sobre política económica entre os principais partidos, também não ajudavam. O PDC (que se encontrava em negociações com o Partido Radical – em nome da UP e de Allende – sobre a reforma constitucional Hamilton-Fuentealba) voltou a cortar relações com a UP, devido às constantes requisições e intervenções (devido às práticas ilegais destas, para prejudicarem o panorama económico-financeiro chileno ou, simplesmente, aumentarem lucro) lideradas pelo Ministro da Economia, Pedro Vuskovic. O presidente do Partido Nacional chegou a fazer um discurso em que clamava pela intervenção das Forças Armadas para pôr cobro às actividades do Governo; o que lhe valeu um aviso do Ministro do Interior de que poderia ser processado, com a restante direcção do partido, por incitamento ao golpe de Estado. O *Patria y Libertad* tentou organizar outra marcha, a Marcha da Liberdade, mas teve as suas sedes revistadas (onde foram encontradas armas) e a marcha foi proibida e o seu organizador preso. O que não impediu que a oposição de organizar outras marchas e concentrações à mesma hora. Entretanto, o *Partido de la Izquierda Radical* (PIR) abandonou a coligação da UP e o Governo (que perdeu, assim, dois ministros, seis deputados e cinco

senadores, ficando reduzida a menos de um terço, tanto da Câmara de Deputados como do Senado), devido ao veto da reforma constitucional e às *tomas* do MIR, que o Governo não impedia. O PCCh também estava descontente (mas mantinha-se com Allende, com quem partilhavam as suas ideias e o medo do golpe de Estado), por achar que estavam a inflectir para um modelo soviético/cubano, quando o plano da UP nunca tinha sido esse. (Bandeira, 2009, pp. 294-298)

A oposição passou, então, a tentar “abater” os ministros de Allende, muitas vezes com acusações absurdas ou descabidas; mas tendo sucesso na demissão dos ministros do Interior (sob acusação de deixar entrar armas no País e de permitir com as *tomas*), da Economia e da Fazenda (estes dois, por decisão de Allende, para tentar apresentar uma face mais moderada, que permitisse negociar com o PDC); enquanto o *Patria y Libertad* aumentava a pressão nas ruas e escalava os conflitos e as manifestações. E ao mesmo tempo complicavam-se as relações com o MIR, que criou vários conflitos com os carabineiros. Curiosamente, parecia existir uma simpatia entre Allende e o MIR, que o tornava complacente com muitas das acções do MIR (por mais que os avisasse que apenas estavam a dar armas à oposição e a abrir caminho para um golpe de Estado, chegando a UP a declarar que: era «*un plan de provocaciones promovido por los ultra-izquierdistas que están siendo usados intensamente por la derecha para atacar el gobierno*»), que voltou mesmo a integrar o GAP e pôs a sua rede de informações ao serviço do Governo, em troca de este lhes facilitar o seu trabalho. Como seria de esperar, ambos os extremos se combatiam nas ruas, com equipas de autodefesa e grupos de vigilantes a serem criados bairro a bairro para os embates. (Bandeira, 2009, pp. 300-307)

A 13 de Setembro de 1972, graças aos serviços de informações do MIR, o Governo denunciou a existência do Plano Setembro, cujo envolvimento incluía membros do *Patria y Libertad*, do PDC, do Partido Nacional, dirigentes da *Sociedad Nacional de Agricultura* (SNA), da *Sociedad de Fomento Fabril* (SOFOFA), gente ligada ao comércio e às finanças e militares. O Plano passaria por ataques terroristas e de “falsa bandeira” (uns vestidos de carabineiros deveriam atacar uns bairros-de-lata, enquanto outros disfarçados de militantes do MIR deveriam atacar bairros residenciais de oficiais das Forças Armadas), para paralisar o País, enquanto a *Confederación Nacional de Transporte Terrestre* iria paralisar, dividindo o País em oito partes; ademais, o General Viaux deveria ser libertado e o Major Marshall deveria voltar do exílio. Mas o Governo conseguiu chegar a um acordo com a *Confederación*

Nacional de Transporte Terrestre e, graças a uma indiscrição, o plano chegou aos ouvidos do Almirante Raúl Montero, comandante-chefe da Marinha, que o transmitiu ao General Prats. (Bandeira, 2009, pp. 307-308)

Mas o fim do Plano Setembro, não foi o fim da oposição. De seguida, os sindicatos dos camionistas entraram em greve, financiados pela CIA para conseguirem aguentar a greve o máximo de tempo possível, chegando os camionistas a receber mais do quando estavam a trabalhar (o financiamento foi de tal forma grande que baixou brutalmente o preço do dólar no mercado negro). A greve veio a tornar-se numa greve geral, com uma paralisação de cerca de 100% dos transportes, 97% do comércio, 80% dos profissionais e 85% das cooperativas camponesas, envolvendo entre 6000 a 7000 chilenos. A resposta à greve veio através de mais requisições (para garantir os bens básicos) e o radicalizar dos trabalhadores (que culpavam os patrões pela situação e exigiam mais nacionalizações, não pagamento de indemnizações, nem da dívida externa e a anulação do controlo privado da produção, a ser substituído por controlo operário), que começaram a fazer ocupações em nome dos Cordões Industriais (cooperativas criadas pelo MIR, mas que nunca tinham sido reconhecidas pelo Governo, mas), que obtiveram o seu reconhecimento perante o desafio patronal. (Bandeira, 2009, pp. 315-317, 319-321)

Para além da greve, a propaganda aumentou, tal como as manifestações (que chegaram a ser proibidas nalgumas províncias, após declaração de estado de emergência), com os *media* a aumentarem a agitação. A CIA esteve sempre por detrás de, ou a acompanhar de perto, todos estes desenvolvimentos (fosse financiando, fosse apoiando tecnicamente). Entrementes, juntaram-se na fazenda El Lavadero, pertencente à Colonia Dignidad (um enclave criado por Herman Schmidt e Paulo Schäffer – que também eram os promotores deste encontro – para manter um reduto do nazismo na América do Sul), dirigentes de corporações e políticos para pedirem ao General Canales (que tinha sido director de Instrução do Exército, até à sua destituição e reforma compulsória pelo envolvimento no Plano Setembro, e era um dos líderes ideológicos da necessidade de intervenção das Forças Armadas na política) que liderasse uma nova organização política que juntasse os movimentos antimarxistas, nacionalistas, universitários e forças da oposição em geral, para conseguir a intervenção das Forças Armadas e o golpe de Estado. Decidiram, também criar uma força paramilitar, razão pela qual Schäffer passou a liderar o *Patria y Libertad*, para organizar uma Frente de Operações (que

começou a dar treino para militar, incluindo a mulheres e crianças), que seria armada e financiada pelo Brasil... (Bandeira, 2009, pp. 317-318)

Tudo isto teve o seu efeito nas Forças Armadas, que aparentavam conter-se devido aos sectores que se mantinham fiéis ao General Prats (que se mantinha um legalista e que também não confiava nas forças da direita, embora não fosse socialista). Mas a sedição começou lentamente (muito devido a todos os ex-militares já referidos, que apoiaram e planificaram as várias tentativas de golpe de Estado anteriores), com o apoio a desaparecer, chegando até a ser-lhe sonegadas informações. Enquanto isto, o General Pinochet (que fingia ser um legalista, com convicção suficiente para ter impressionado Fidel Castro) foi ganhando influência, agindo sorrateiramente para não ser revelada a sua ligação à oposição. Dizia ele que Allende tinha de ser forçado a recuar ou ser eliminado; tendo nessa altura arranjado motivos para ir ao Panamá para entrar em conversações com militares norte-americanos (que lhe garantiram que os EUA o apoiariam se ele derrubasse Allende). (Bandeira, 2009, pp. 222-226)

A 20 de Outubro, Allende promulgou uma lei de controlo de armas de fogo e explosivos, cuja execução estava nas mãos das Forças Armadas (para manter o monopólio da violência nas mãos do Estado). Mas as Forças Armadas aproveitaram essa lei para começar a desarmar os grupos e organizações de esquerda (que na verdade estavam pobremente armados, nunca podendo fazer frente a um golpe do Exército), enquanto fazia “vista grossa” às formações paramilitares de direita e de extrema-direita (que se encontravam incrivelmente bem armadas, graças à boa-vontade da CIA). Pinochet chegou a afirmar que existia uma força paramilitar de esquerda, patrocinada pelo Governo, com o objectivo de criar uma guerra civil, destruir os poderes Judicial e Legislativo e criar um Estado comunista; mensagem que os partidos da oposição veicularam, para deslegitimar o Governo e justificar o golpe de Estado (mesmo tudo apontando para que fosse mentira). (Bandeira, 2009, pp. 228-231)

Embora a situação tenha chegado a um ponto de ruptura, não o ultrapassou. Não só o apoio popular a Allende aumentou, com os operários e estudantes a mobilizarem-se para ajudar a restabelecer os serviços básicos; como ninguém estava certo do que aconteceria com o Exército caso rebentasse uma guerra civil. Sendo esperado que o General Prats sentisse o dever de defender o Governo, os demais segui-lo-iam? Revoltar-se-iam? E em que medida? Dadas estas questões, o final de Outubro trouxe negociações para o final da greve geral. Foi

composto um governo cívico-militar, com o General Prats como Ministro do Interior e Vice-Presidente da República (ficando Pinochet, interinamente, como comandante-chefe do Exército). Também os ministérios das Minas e das Obras Públicas e Transportes ficaram em mãos militares. Mas foi o suficiente para oposição considerar ter força política suficiente (em coligação com os empresários) para enfrentar o Governo. E a partir deste momento Allende (que ainda tinha de lidar com cisões e confrontos internos, devido a esta decisão) não tinha força política, estando plenamente dependente da vontade militar. (Bandeira, 2009, pp. 337-340)

Mas o fim da greve geral não chegou para a recuperação económica. Com os problemas que ela tinha criado, em conjunto com o bloqueio económico que os EUA e aliados mantinham, tinha aprofundado ainda mais a crise que o País já vivia. Allende ainda tentou conseguir um empréstimo da URSS, para compensar o ataque económico ocidental, mas eles não se demonstraram dispostos a fazer o investimento necessário. E em Janeiro de 1973, o Ministro da Fazenda, Fernando Flores, anunciava a implantação de uma “economia de guerra”, com racionamentos de larga escala e combate ao mercado negro. Mas esta declaração irritou os ministros militares, que por pouco não se demitiram mas, que fizeram um comunicado a criticar a mesma. E o ex-Presidente Frei veio criticar o Governo, dizendo que este plano era contra as garantias constitucionais, e a oposição (que entretanto se tinha unido na Confederação Democrática – CODE –) seguiu-o, declarando que esta era uma última tentativa de implantar um Estado totalitário no Chile. Os discursos extremavam-se, principalmente, em antecipação das eleições legislativas de 4 de Março. (Bandeira, 2009, pp. 340-348)

O período da campanha eleitoral trouxe, também, o aumento dos ataques terroristas e provocações várias. Mas estas eleições não trouxeram mais clareza à arena política. A CODE obteve apenas 54,7% dos votos, não alcançando o suficiente para destituir o Governo, e a UP, com os seus 43,39%, também tinha força suficiente para avançar com o seu programa socialista. A própria UP apresentava-se dividida (principalmente após as eleições) entre tentar negociar com os democrata-cristãos ou avançar sem apoio do Congresso. Isto prejudicava gravemente a actuação do Governo, que não tinha um rumo claro para lidar com a insustentável crise económico-financeira e com a oposição, que não tendo forma legal de os derrubar poderia ser tentada a defender formas extralegais como no passado. Estas divisões pesavam bastante no General Prats, que as sentia também nos militares e temia que

decidissem violar a hierarquia e a doutrina de não-ingerência nos assuntos políticos. Destarte, a 27 de Março, os elementos militares do Governo demitiram-se, acabando com o gabinete cívico-militar. (Bandeira, 2009, pp. 349-353)

Uma tentativa de reforma educativa, posterior, apenas piorou a situação, com oficiais das Forças Armadas e a Igreja Católica a acusar o Governo de querer doutrinar as crianças no marxismo. Disto até novos protestos e manifestações, com desfechos violentos, foi preciso pouco. Entretanto o *Patria y Libertad*, com as suas BOFE, começava a preparar um levantamento armado (que chegou a conseguir apoio das Forças Armadas argentinas, para além de oficiais chilenos). Só Allende se mantinha convicto do respeito institucional das Forças Armadas, mesmo perante múltiplos avisos (tanto de figuras nacionais, como estrangeiras). Mas a verdade é que havia movimentações, chegando o General Prats a destituir o Tenente-Coronel Roberto Souper, por tentativa de golpe de Estado (que ficou conhecida como o *Tanquetazo*), após parar pessoalmente o avançar das tropas. E as Forças Armadas decidiram, numa reunião do Conselho de Generais, que nenhum dos seus faria parte de um próximo Governo de Allende (para mais tendo sido anunciado um golpe de Estado no Uruguai, com os militares a subir ao poder, o que deixou toda a gente mais pensativa sobre o futuro do Chile). (Bandeira, 2009, pp. 353-356, 385, 397-400)

Tinha também começado uma campanha para afastar o General Prats. No final da dita reunião do Conselho de Generais, quando regressava a casa, viu o seu carro oficial bloqueado por dois carros e uma carrinha, de dentro dos quais lhe vinham insultos e lhe faziam gestos obscenos. Temendo o mesmo destino do General Schneider, disparou para o ar e contra a carrinha e foi verificar quem a conduzia. Ao descobrir que era uma mulher (mas de cabelo curto, o que o tinha confundido à distância), pediu-lhe desculpas; mas, entretanto, já estavam rodeados de gente que o insultava e acusava de ter tentado matar a senhora, não demorando a imprensa a chegar (tendo sido avisados por gente do *Patria y Libertad*). Apenas conseguiu sair sem ser linchado por ter sido ajudado por um taxista, que o retirou do local. Tudo isto, incluindo a utilização de uma mulher, tinha sido preparado pela CIA e organizada pelo *Patria y Libertad*, que sabiam que a situação ia afectar o General e desgastar-lhe o prestígio. Mas não tiveram sucesso, pois Allende recusou a sua demissão. E com a investigação do *Servicio de Inteligencia del Ejercito* (SIM), veio a descoberta da preparação de um levantamento militar, em que se inseria a operação contra o General Prats (denominada Operação Charly);

que levou à declaração do estado de emergência na província de Santiago. (Bandeira, 2009, pp. 385-387)

E se Allende achava que os Carabineiros estavam em falha (por não conseguirem evitar o aumento de confrontos e ataques terroristas), não tinha noção de quão descontentes estavam com o Governo. Aparentemente, apenas o medo pela carreira, e o facto de ainda não terem conhecimento dos dissidentes da Marinha e da Força Aérea, os mantinha na ordem. Por outro lado, a CIA tinha posto as associações de oficiais reformados a pressionar o Governo, com uma carta em que acusavam o Governo de não respeitar a Constituição, ameaçando a possibilidade de intervenção das Forças Armadas. E novas conspirações entre os líderes das associações patronais, levaram à prisão de 63 deles, com Pinochet a pedir a sua libertação para impedir uma nova greve geral, não se responsabilizando pelo que pudesse acontecer. Sendo a acção contra o patronato dificultada pela divisão entre os trabalhadores, que continuavam a agir contra o Governo na tentativa de melhores condições (tantas vezes afastadas da realidade, ao ponto do PS e do PCCh serem favoráveis à utilização da força para evitar novas greves, mesmo que o MIR estivesse envolvido nalgumas delas). E o Congresso, debaixo da batuta da oposição aumentou a pressão sobre Allende e o seu Governo; levando o Presidente a endurecer a sua posição. (Bandeira, 2009, pp. 388-395)

Em Julho os problemas ressurgiram. Tendo como pano de fundo as maquinações que se passavam no seio das Forças Armadas, especialmente da Marinha (desde antes do *Tanquetazo* os EUA tinham utilizado as relações entre Forças Armadas para os convencer do golpe de Estado); o *Patria y Libertad* (com apoio do *Servicio de Inteligencia Naval* – SIN –) começou uma série de ataques terroristas e sabotagens, para impedir tecnicamente o Governo de, ser auxiliado pelos Cordões Industriais para, fazer frente a uma nova greve geral (tendo havido em 15 dias mais de 200 ataques, com uma média de um ataque por hora). Os próprios militares do SIN fizeram vários ataques à bomba. E, na noite de 27 de Julho (“*La noche de las mangueras largas*”), cortaram as mangueiras de abastecimento de combustível dos mais importantes centros de serviço de Santiago; ao mesmo tempo que outros, liderados pelo SIN, se reuniam à volta da casa do Comandante da Marinha Arturo Araya Peters, ajudante-de-ordens do Presidente, para o assassinar. O que foi feito com sucesso. Este ataque pretendia fazer pressão no Almirante Montero e impedir que Araya fizesse dois anos de serviço enquanto ajudante-de-ordens do Presidente, altura em que seria promovido a Tenente-Coronel, tendo possibilidade de se inteirar dos planos para o golpe de Estado. Mais tarde

tentaram culpar a esquerda do assassinato, mas rapidamente a verdade foi desmascarada. Nesta altura foi, também, iniciada uma nova greve geral, uma vez mais iniciada pelos proprietários dos camiões, financiados pela CIA. (Bandeira, 2009, pp. 413-415)

Planos foram feitos para que o golpe de Estado fosse dado entre 8 e 10 de Agosto, com os oficiais da ultradireita a liderarem a eliminação dos militantes de esquerda (no que tudo aparentava vir a ser um massacre). Mas graças aos serviços de informações do MIR, o PS foi avisado e pôs todos os seus militantes em alerta. E Carlos Altamirano, em nome do PS, Oscar Guillermo Garretón, em nome do MAPU (*Movimiento de Acción Popular Unitario*, que era uma dissidência do PDC que também pertencia à UP) e Miguel Henríquez, em nome do MIR, reuniram-se com marinheiros de dois navios da Marinha em que se sabia que os oficiais eram golpistas; após estes marinheiros terem informado o MIR que pretendiam tomar o controlo das embarcações, caso os oficiais tentassem o golpe (plano que Altamirano e Garretón consideraram fadado ao falhanço). Mas devido a esta reunião, o SIN descobriu estes marinheiros; tendo sido 23 deles presos e torturados, para delatarem qualquer ligação entre militares e movimentos de extrema-esquerda (o que fizeram, elevando o número presos para 62). Situação que levou ao adiamento do golpe. À hora suposta do golpe, os EUA tinham várias embarcações nas proximidades, que iam participar nas manobras da UNITAS XIV, com navios chilenos e peruanos; provavelmente teria sido marcado para poder garantir uma rápida intervenção dos *marines*, caso rebentasse uma guerra civil (e para os golpistas disfarçarem o motivo das suas preparações). (Bandeira, 2009, pp. 427-430)

Enquanto todos os serviços de informações com ligação ao Governo informavam Allende da iminência de um golpe de Estado e da necessidade de preparar a defesa, este confiava no legalismo das Forças Armadas e avançava para a constituição de novo Governo. A este veio a chamar-lhe *Gabinete de Seguridad Nacional*, tendo convencido os militares a fazer parte do mesmo, com quatro ministérios (com os comandantes de todos os ramos representados). Ao mesmo tempo (e dando razão aos serviços de informações), o *Patria y Libertad* (com orientação de oficiais da Marinha) aumentava o número e dimensão dos seus ataques terroristas, com poucas represálias. Nem a constituição do novo Gabinete trouxe alguma acalmia à situação. Até porque pouco tempo depois o General-Aviador César Ruiz demitiu-se dos cargos de Ministro das Obras Públicas e Transporte e de comandante-chefe da Força Aérea (FACH). E como Allende nomeou dois generais diferentes para cada um dos cargos, os militares acusaram-no de ter forçado a demissão, por Ruiz ser um crítico da UP.

Isto levou a que os generais da FACH pusessem os seus militares em prontidão e exigissem a recondução de Ruiz ao comando. (Bandeira, 2009, pp. 430-433)

Com a FACH e a Marinha em polvorosa, só a presença do General Prats impedia o Exército de seguir o mesmo caminho, o que o tornava num alvo cada vez maior. Enquanto os deputados tentavam ataca-lo através do seu trabalho enquanto Ministro da Defesa Nacional, a CIA mobilizou manifestações de mulheres (para apoiar o General-Aviador Ruiz e) para se concentrarem em frente à residência de Prats e perseguirem a sua mulher, para que ela forçasse o marido a demitir-se. Hipocritamente, enquanto a maioria do Exército parecia estar contra Prats e Allende e outros ministros foram visitá-lo para lhe dar o seu apoio, o General Pinochet também apareceu para continuar a cultivar a sua imagem de legalista (e provavelmente garantir que sucedia a Prats). Aproveitou também para o informar que os generais legalistas se tinham começado a demitir dos seus postos e a pedir a reforma, provavelmente para não serem envolvidos em qualquer golpe em preparação. Esta situação, em conjunto com uma moção de denúncia do Governo «por grave rompimento da ordem constitucional e legal da República» passada pelo Congresso e com apoio do Supremo Tribunal (sobre a qual o diário *La Nación* escrevia em manchete: «O Congresso da luz verde para o golpe de Estado.»), levou a que o General Prats apresenta-se a sua demissão a 23 de Agosto de 1973, tanto do seu cargo ministerial, como de comandante-chefe do Exército (cujo comando ficou para Pinochet, que dada a sua ambiguidade, pode ter sido um agente adormecido da CIA). (Bandeira, 2009, pp. 433-439)

Com a noção de que isto abria o caminho para o golpe de Estado, o PDC veio “emendar a sua mão”, pronunciando o seu repúdio por qualquer tentativa de golpe de Estado, apontando o dedo à CIA, e declarando a legitimidade do Governo e a sua disponibilidade para o diálogo (sendo que tudo o que queriam, principalmente a sua ala esquerda, era enfraquecê-lo o suficiente para garantir todo o apoio ao seu candidato – provavelmente Frei – nas eleições seguintes). E os marinheiros estavam cada vez mais ousados, nos seus ataques e revistas em busca de armamento (chegando a matar), em conluio com o *Patria y Libertad*. Estes conseguiram a promessa do Brasil que (em conjunto com a Argentina) teriam apoio para o golpe de Estado, caso este não fosse institucional, desde que as províncias do Sul do Chile fossem de imediato ocupadas, para permitir o início da invasão. E para garantir que tudo corresse bem, o Almirante Montero foi destituído do comando pelo Almirantado (mesmo que ele fosse próximo às Forças Armadas brasileiras e antimarxista, era um legalista, e temia-se

que viesse a enfrentar os golpistas, agora que Prats já não estava presente para tomar essa liderança), mesmo após Allende se recusar a demiti-lo. Entretanto, o golpista Almirante Toribio Merino foi recebido por Allende, a quem fez um *ultimatum* para que o nomeasse comandante-chefe da Armada e reformasse Montero. (Bandeira, 2009, pp. 439-444, 453-456)

Com a situação cada vez mais caótica e a violência a aumentar, Setembro começou negro. E com o golpe de Estado já preparado e marcado (para dia 11 de Setembro, por questões de coordenação tática), era apenas o início de tudo. Allende ainda acreditava numa solução pacífica (em parte pela sua confiança na lealdade de Pinochet), mesmo que todos lhe dissessem que era impossível. Entretanto, as Forças Armadas continuavam com a sua campanha para reprimir a esquerda e, no fim-de-semana anterior, a Marinha começou a colar cartazes (provavelmente desenhados pela CIA) em que afirmavam que “As Forças Armadas são a melhor garantia para o Chile”. (Bandeira, 2009, pp. 456-464)

E, assim, no dia 10 de Setembro à noite começaram as movimentações. Vários navios norte-americanos e um submarino aproximaram-se do Norte do Chile e vários navios e um submarino chilenos posicionaram-se em Valparaíso. Entretanto, vários camiões com tropas dirigiam-se para Santiago. Às 5h30, de dia 11, as tropas começaram o levantamento, tendo Allende sido avisado às 6h15. Ele tentou contactar Pinochet e Montero, sem sucesso, pois o seu telefone tinha sido sabotado pela Marinha, como parte da Operação Silêncio, que calou todos os sistemas de comunicação com a capital e todas as estações de rádio, para além de ter sabotado os automóveis do Presidente. Às 6h30, o *US Southern Command*, no Canal do Panamá, foi avisado, tendo enviado um avião de espionagem para auxiliar as Forças Armadas chilenas; e as operações aéreas do golpe foram coordenadas a partir de um *Boeing 707* – AWAC, dos EUA. Às 7h35, Allende conseguiu chegar ao palácio presidencial, *La Moneda*. E às 8h40, Pinochet chegou ao posto de comando, após ter garantido o apoio norte-americano; daí devia comandar o Plano Hércules (que pretendia assumir o controlo, em todo o País, dos serviços básicos, comunicações e linhas de abastecimento, tal como ocupara as sedes dos partidos da UP, sindicatos e órgãos do Governo). (Bandeira, 2009, pp. 464-466)

Mais tarde, Allende recebeu um *ultimatum*, assinado pelos Generais Augusto Pinochet (Exército), Gustavo Leigh (FACH), César Mendonza (Carabineiros) e o Almirante José Toribio Merino (Marinha), para que entregasse a presidência às Forças Armadas. Foi neste momento que Allende soube que estava perdido, não havendo hipótese de o Exército o apoiar.

E em pouco mais de uma hora o País estava em poder das Forças Armadas, sem manifestações ou resistência de tamanho suficiente. Allende fez, então, uma declaração de resistência através da *Radio Corporación*:

«No tengo condiciones de mártir, soy un luchador social que cumple una tarea que el Pueblo me ha dado. Pero que lo entiendan aquellos que quieren retrotraer la historia y desconocer la voluntad mayoritaria de Chile; sin tener carne de mártir, no daré un paso atrás. Que lo sepan, que lo oigan, que lo graben profundamente: dejaré La Moneda cuando cumpla el mandato que el pueblo me diera, defenderé esta revolución chilena y defenderé el gobierno porque es el mandato que el pueblo me ha entregado. No tengo otra alternativa. Sólo acribillándome a balazos podrán impedir la voluntad que es hacer cumplir el programa del pueblo. Si me asesinan, el pueblo seguirá su ruta, seguirá el camino con la diferencia quizás que las cosas serán mucho más duras, mucho más violentas, porque será una lección objetiva muy clara para las masas de que esta gente no se detiene ante nada. Yo tenía contabilizada esta posibilidad, no la ofrezco ni la facilito. El proceso social no va a desaparecer porque desaparece un dirigente. Podrá demorarse, podrá prolongarse, pero a la postre no podrá detenerse.» (Bandeira, 2009, pp. 467-468)

A esta altura já o palácio estava cercado por tanques e era sobrevoado por aviões e helicópteros da FACH, tendo os carabineiros que o guardavam abandonado os seus postos, em contradição com as ordens do seu comandante, o General José Sepúlveda Galindo (que também estava em *La Moneda*). Mas esta foi apenas a primeira de quatro mensagens que dedicou ao povo chileno, reafirmando a sua posição de resistência em nome do povo e a sua recusa em se demitir. Recusou, também, várias propostas para ser enviado para o exílio, sendo levado por um avião da FACH. Tendo a sua residência pessoal já sido bombardeada, pediu dois minutos de tréguas para que deixassem sair as pessoas que estavam no palácio, incluindo as suas duas filhas, Isabel e Beatriz. Saíram todas as mulheres (com excepção da sua secretária pessoal, La Payta, e uma outra secretária, Marcia, que se esconderam no palácio) e todas as pessoas que não estivessem dispostas a lutar, para além dos seus ajudantes-de-ordens e o seu assessor (o espanhol Joan Garcés) que receberam ordens directas para abandonarem *La Moneda*. Ainda ficaram cerca de 40 pessoas, a quem foram distribuídas armas pelo General José Sepúlveda. A Embaixada de Cuba contactou Allende oferecer-lhe a sua ajuda para a resistência, revelando ter um arsenal secreto subterrâneo; mas a ajuda foi recusada, porque o Presidente achava que era um assunto exclusivamente chileno. A Junta Militar, para o obrigar a ceder, começou a bombardear a periferia de Santiago. Allende tentou negociar, mas os seus enviados foram presos. E ao meio-dia começou um bombardeamento, que terminou meia hora depois, deixando o palácio em escombros a arder; a que se seguiu o

disparo de tanques, morteiros, bazucas e metralhadoras, para garantir que todos morriam. Allende acabou por pedir a rendição para os sobreviventes, menos para si próprio; tendo morrido no palácio. E às 14h30 o ataque estava acabado. (Bandeira, 2009, pp. 468-473)

Os dias seguintes foram dias bastantes ocupados. A Junta Militar tomou para si os poderes Executivo, Constituinte e Legislativo e começou a recolher apoios internacionais. Garantindo que iria manter as suas relações diplomáticas com a maioria dos países (com excepção de Cuba, cuja Embaixada estava cercada e pronta a ser invadida, e alguns outros países socialistas). O Brasil foi o primeiro a reconhecer a Junta Militar, logo no dia 12, enviando de imediato toda a ajuda que lhe foi pedida. Mas os EUA recusaram-se a fazê-lo, por não quererem ser associados ao golpe, tendo esperado até dia 24 de Setembro (fazendo-o assim em conjunto com outros oito países); altura em que a URSS, a República Democrática Alemã e a Bulgária já tinham “suspendido” a suas relações diplomáticas com o Chile. E embora o Partido Nacional e o PDC tenham dado o seu apoio à Junta, tiveram o mesmo destino dos outros, quando todos os partidos de esquerda foram proibidos e as suas sedes incendiadas e os partidos não-marxistas tiveram a sua actividade suspensa. As greves acabaram de imediato e o comércio voltou a funcionar, para além de o preço do cobre ter disparado de imediato. Mas também foram aumentando os relatos de mortos e torturados, que se suspeitam que tenham sido milhares só nos primeiros dias, com as perseguições e execuções tendo durando quase dois meses; tendo as embaixadas ficado cheias de refugiados, que procuravam fugir ao massacre. (Bandeira, 2009, pp. 479-496)

Toda a operação no Chile é bastante diferente da efectuada no Irão. Para começar a sua duração – a do Irão durou meses, esta durou anos – e o seu objectivo – porque embora, no Chile, também tenha acabado com um golpe de Estado, os seus objectivos foram-se alterando ao longo do tempo –. Depois os meios que foram utilizados – até pela falta de contactos que a CIA tinha no Irão, em comparação com a sua rede de contactos (onde chegou a ter organizações inteiras, como o *Patria y Libertad* à sua disposição) no Chile –.



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Capítulo IV

Conclusões

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

4 – Conclusões

As Informações, tal como os serviços especializados nas mesmas, são inegavelmente valiosos para o Estado. Desde a sua defesa até ao forjar da sua política externa, em tudo isto há um espaço a ser ocupado pelas Informações; dando aos seus detentores uma importante vantagem competitiva e estratégica em relação aos menos informados. Um governo sem o apoio de um serviço de informações competente está fadado a encontrar os seus esforços falharem, por não terem correctamente em conta o meio que os envolve ou quem são os seus reais aliados e/ou adversários (ou quais as suas capacidades). O que também representa uma responsabilidade para os serviços de informações, que têm de se manter à altura desta tarefa, sem caírem na armadilha de se deixarem influenciar pelos seus preconceitos e ideologias pessoais.

E tal como as informações (enquanto produto) são importantes, também o são as operações encobertas. Não havendo dúvidas quanto às suas características subversivas – que se encontram no próprio âmago da sua definição, como analisado nesta Dissertação –, também não devem existir dúvidas quanto ao seu valor potencial, enquanto instrumento de influência e poder do Estado – como ficou provado com a análise dos dois casos práticos e nas consequências, de curto e de médio/longo prazo, para as sociedades afectadas, submetidas à vontade de quem patrocinou aquelas operações –. Sendo certo que a sua utilização pode garantir resultados que não seriam conseguidos de outra forma (pelo menos, não sem um maior gasto de recursos e tempo), enquanto garantem uma menor capacidade de resposta do adversário.

As operações encobertas representam o lado mais ofensivo das informações estratégicas, representando uma acção (pró-)activa e fazendo uso das informações recolhidas para alcançar certos objectivos (em oposição à passividade do Ciclo de Informações, que “apenas” recolhe e analisa informações, sem as pôr em uso). Tendo como principal característica (que também é a sua principal força) a ocultação do seu mandante/financiador, impedindo que ele sofra retaliações pela operação (significando, também, que quando a sua identidade é descoberta a retaliação tende a ser maior, especialmente a nível da opinião pública).

Embora já subentendido no que foi escrito anteriormente, há que responder directamente à questão de pesquisa formulada no início desta Dissertação [“Até que ponto é

que as operações encobertas (“*covert actions*”) não são uma forma de subversão, utilizada pelos Estados (e os seus serviços de informações)?”]. E a resposta é: Sim, as operações encobertas são, inegavelmente, uma forma de subversão, utilizada pelo Estado (através dos seus serviços de informações).

Acrescentaria, porém, uma outra conclusão referente ao valor potencial das operações encobertas enquanto instrumento de política externa. Embora possam ter resultados avassaladores, permitindo alcançar importantes objectivos que de outra forma não se conseguiriam (a não ser, possivelmente, com a guerra), trazem um grande perigo que os decisores políticos devem ter em atenção, antes de tomarem a sua decisão. Não só (como já referimos) a sua descoberta podem trazer consequências nefastas para a reputação e, consequentemente, o *soft power* do país (especialmente na sociedade actual, com os seus desenvolvimentos constantes na área das tecnologias da informação, que permitem que a opinião pública atinja uma massa crítica que antes era impossível, com grande velocidade e alcance); como as suas consequências podem ser altamente imprevisíveis – algo que pode ser visto na situação a curto/médio prazo em ambos os casos analisados –.

Mesmo quando o objectivo é atingido de forma clara – como foi o caso do Irão –, os “resquícios” da operação mantêm-se a influenciar a população (principalmente em casos de operações de propaganda), podendo trazer repercussões inimagináveis. A isto pode-se acrescentar o ponto de vista moral, que (quando as operações são reveladas perante a opinião pública) pode influenciar negativamente a sociedade civil (incluindo a interna), criando problemas políticos vários. Sendo assim, este cuidado deve temperar a tentação de utilizar estes recursos para obter resultados mais rapidamente (o que não exclui a existência de casos em que uma operação encoberta seja a única solução viável).

Referências bibliográficas

Agentura.ru, 2010. *Agentura.ru - Structure of the FSB - главная*. [Online] Available at: <http://www.agentura.ru/english/dosie/fsb/structure/> [Acedido em 23 Julho 2015].

Agentura.ru, Borogan, Irina & Soldatov, Andrei, 2007. *The Mutation of the Russian Secret services*. [Online] Available at: <http://www.agentura.ru/english/dosie/mutation/> [Acedido em 23 julho 2015].

Andrew, Christopher, s.d. *MI5 / History*. [Online] Available at: <https://www.mi5.gov.uk/home/about-us/who-we-are/mi5-history.html> [Acedido em 27 Julho 2015].

Bandeira, Luiz Alberto Moniz, 2009. *Fórmula para o caos - A CIA e o outro 11 de Setembro: a queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Lisboa: Tribuna da História.

Bennett, Gordon, 2000. *The SVR - Russia's Intelligence Service*. [Online] Available at: <http://fas.org/irp/world/russia/svr/c103-gb.htm> [Acedido em 23 Julho 2015].

Born, Hans & Caparini, Marina, 2007. *Democratic Control of Intelligence Services: Containing Rogue Elephants*. s.l.:Ashgate Publishing, Ltd.

Carmo, Hermano & Ferreira, Manuela Malheiro, 1998. *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Cepik, Marco A. C., 2003. *Espionagem e democracia*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora.

CIA, 2013. *About CIA — Central Intelligence Agency*. [Online] Available at: <https://www.cia.gov/about-cia> [Acedido em 19 Julho 2015].

Damrosch, Lori Fisler, 1989. Politics Across Borders: Nonintervention and Nonforcible Influence over Domestic Affairs. *American Journal of International Law*, pp. 1-50.

DoD, USA, 2010. DOD Dictionary of Military and Associated Terms. *Online*, 14(JP 1-02).

Fares, Seme Taleb, 2013. *CONFLITO INCOMPREENDIDO: a Política Externa Independente sob os constrangimentos da Guerra Fria (1961-1964) – 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*. Belo Horizonte, Universidade de Brasília.

Fernandes, Domingos, 1991. Notas sobre os Paradigmas da Investigação em Educação. *Noesis*, pp. 64-55.

Gasiorowski, Mark J., 1987. The 1953 Coup D'etat in Iran. *International Journal of Middle East Studies*, Volume 19, pp. 261-286.

Goodman, Allan E., 1988. Does Covert Action Have a Future?. *Parameters*, Junho, pp. 74-80.

Herman, Michael, 1996. *Intelligence Power in Peace and War*. Cambridge: Cambridge University Press.

Herman, Michael, 2001. *Intelligence Services in the Information Age: Theory and Practice*. Londres: Frank Cass publishers.

Johnson, Loch K., 1989. Covert Action and Accountability: Decision-Making for America's Secret Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, Volume 33, pp. 81-109.

Johnson, Loch K., 1992. On drawing a bright line for covert operations. *American Journal of International Law*, pp. 284-309.

Johnson, Loch K., 2007. An Introduction to the Intelligence Studies Literature. Em: L. K. Johnson, ed. *Strategic Intelligence Vol. 1: Understanding the Hidden Side of Government*. Westport: Praeger Security International, pp. 1-10.

Lara, António de Sousa, 2009. *Ciência Política - Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Lara, António de Sousa, 2011. *Subversão e Guerra Fria*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Lowenthal, Mark M., 2011. *Intelligence: From Secrets to Policy*. 5ª ed. Thousand Oaks, California: SAGE Publications.

Pike, John, 1997. *Federation of American Scientists - Ministry of State Security [MSS] Guojia Anquan Bu [Guoanbu] - Chinese Intelligence Agencies*. [Online] Available at: <http://fas.org/irp/world/china/mss/index.html> [Acedido em 27 Julho 2015].

Pike, John & Aftergood, Steven, 1997. *Federation of American Scientists - KGB Committee for State Security - Russia / Soviet Intelligence Agencies*. [Online] Available at: <http://fas.org/irp/world/russia/kgb/index.html> [Acedido em 23 Julho 2015].

Pike, John & Aftergood, Steven, 2004. *Federation of American Scientists - Foreign Intelligence Service (SVR) Sluzhba Vneshney Razvedki - Russia / Soviet Intelligence Agencies*. [Online] Available at: <http://fas.org/irp/world/russia/svr/index.html> [Acedido em 23 Julho 2015].

Ribeiro, António Silva, 2010. *Teoria Geral da Estratégia - O essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Almedina.

Romana, Heitor, 2008. Informações: uma reflexão teórica. *Revista Segurança e Defesa*, pp. 98-101.

Scott, James M. & Rosati, Jerel A., 2007. "Such Other Functions and Duties": Covert Action and American Intelligence Policy. Em: L. K. Johnson, ed. *Strategic Intelligence Vol. 3: Covert Action - Behind the Veils of Secret Foreign Policy*. Westport: Praeger Security International, pp. 83-106.

Secret Intelligence Service (MI6), s.d. *About us – SIS (MI6)*. [Online] Available at: <https://www.sis.gov.uk/about-us.html> [Acedido em 27 Julho 2015].

Secret Intelligence Service (MI6), s.d. *Our History – SIS (MI6)*. [Online] Available at: <https://www.sis.gov.uk/our-history.html> [Acedido em 27 Julho 2015].

Security Service (MI5), s.d. *What We Do / MI5 - The Security Service*. [Online] Available at: <https://www.mi5.gov.uk/home/about-us/what-we-do.html> [Acedido em 27 Julho 2015].

Security Service (MI5), s.d. *Who We Are / MI5 - The Security Service*. [Online] Available at: <https://www.mi5.gov.uk/home/about-us/who-we-are.html> [Acedido em 27 Julho 2015].

Stempel, John D., 2007. *Covert Action and Diplomacy*. Em: L. K. Johnson, ed. *Strategic Intelligence Vol. 3: Covert Action - Behind the Veils of Secret Foreign Policy*. Westport: Praeger Security International, pp. 145-156.

Takeyh, Ray, 2014. *What Really Happened in Iran: The CIA, the Ouster of Mosaddeq, and the Restoration of the Shah - Foreign Affairs*. [Online] Available at: <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2014-06-16/what-really-happened-iran> [Acedido em 26 Agosto 2015].

The Mossadegh Project, s.d. *Dr. Mohammad Mossadegh Biography / Prime Minister of Iran*. [Online] Available at: <http://www.mohammadmossadegh.com/biography/> [Acedido em 26 Agosto 2015].

The New York Times, 2000. *Timeline of Iranian Coup - New York Times Special Report: The C.I.A. in Iran*. [Online] Available at: <http://partners.nytimes.com/library/world/mideast/041600iran-coup-timeline.html> [Acedido em 26 Agosto 2015].

Treverton, Gregory F., 2007. *Covert Action - Forward to the Past?*. Em: L. K. Johnson, ed. *Strategic Intelligence Vol. 3: Covert Action - Behind the Veils of Secret Foreign Policy*. Westport: Praeger Security International, pp. 1-22.

Weiner, Tim, 2007. *Legacy of Ashes. The History of the CIA*. Nova Iorque: Doubleday.

Weiner, Tim, 2008. *Legacy of Ashes: The History of the CIA*. Nova Iorque: Knopf Doubleday Publishing Group.

Wilber, Donald Newton, 2006. *Regime Change in Iran: Overthrow of Premier Mossadeq of Iran: November 1952 - August 1953*. Nottingham: Spokesman.